



PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DAS SERRAS DA LOUSÃ E AÇOR

Relatório de Ponderação da Consulta Pública



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Realizado por:



1 NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública dá cumprimento ao disposto no ponto 5, do artigo 50º do Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 de maio, na sua redação atual, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Findo o período de discussão pública, apresenta-se agora o resultado da ponderação das observações e sugestões recolhidas, sobre os documentos que constituem a proposta do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Lousã e do Açor (PRGP-SLA).

A discussão pública decorreu de 5 de maio a 30 de junho de 2025, conforme o Aviso nº 14439/2025/2 publicado a 06 de junho publicado no Diário da República, 2.ª Série. Ainda de acordo com o Aviso mencionado, a responsabilidade de assegurar a disponibilização e acesso aos documentos e informação em geral relacionada com o PRGP-SLA recaiu sobre o Portal PARTICIPA, a Direção Geral do Território e ainda nas instalações das Câmaras Municipais dos municípios que integram o Programa.

O presente documento organiza-se em:

- Contextualização - Contextualização do processo de realização do PRGP-SLA;
- Discussão Pública - Apresentação quer da discussão pública, quer dos meios participativos;
- Contributos Recebidos - Apresentação da análise e ponderação das participações;
- Resultados da Ponderação - Apresentação da incidência que as participações terão no programa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE REALIZAÇÃO DO PRGP-SLA

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho e o Decreto-Lei n.º 28 - A/2020, de 26 de junho, na sua redação atual, aprovaram respetivamente o Programa de Transformação da Paisagem (PTP) e o regime jurídico da reconversão da paisagem, tendo estes fixado um quadro de instrumentos jurídicos para definir, planear, programar e gerir os territórios vulneráveis dos quais faz parte o Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem que se caracteriza como *“um programa setorial, dirigido a territórios que apresentam vulnerabilidades específicas associadas à organização do território, visando a prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas, através do ordenamento e gestão da paisagem e da adoção de medidas específicas de intervenção”* (artigo 7.º, DL28-A/2020, 26 de junho) . A aprovação da delimitação destes territórios vulneráveis surge através da Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, e dita que a lista destes *“é revista sempre que seja atualizada a carta de perigosidade de incêndio rural pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.”* (artigo 2.º).

De acordo com o n.º 1, do artigo 7.º, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, que cria o PTP, os PRGP devem prosseguir os seguintes objetivos específicos:

- a) Potenciar as características biofísicas dos territórios de floresta, as potencialidades produtivas dos solos e o equilíbrio dos diferentes ciclos naturais;
- b) Aumentar a resiliência dos territórios aos riscos, em particular ao de incêndio, mas também a minimização de outras vulnerabilidades num quadro de alterações climáticas;
- c) Aumentar as interfaces de ocupação do solo pela constituição de mosaicos culturais geridos na perspetiva espacial e temporal, impulsionando a construção coletiva de paisagens mais sustentáveis;
- d) Estimular os produtores agrícolas e florestais e outros agentes ativos no terreno a executarem as várias formas de gestão e conservação dos espaços rurais;
- e) Aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades, preferencialmente através de entidades e organizações coletivas, potenciando o aumento da produtividade e da rentabilidade dos ativos florestais e a melhoria do ordenamento e conservação dos espaços rurais;
- f) Dar resposta à baixa adesão que os territórios florestais em minifúndio têm em implementar projetos com escala.

Por consequência, o Despacho n.º 2507 - A/2021, publicado em Diário da República, 2.ª Série, a 4 de março, determina a elaboração de uma série de Programas de Reordenamento e Gestão da

Paisagem, entre os quais se inclui o Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Lousã e do Açor (PRGP-SLA).

De acordo com o referido despacho, os PRGP “estão direcionados para os territórios mais vulneráveis, tendo como objetivo o desenho e a construção de paisagens qualificadas e resilientes, alicerçadas nas aptidões do solo e nos ativos locais, resilientes a vulnerabilidades e riscos, fomentadoras da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e geradoras de rendimentos sustentados e sustentáveis, contribuindo para a atratividade territorial e a qualidade de vida das áreas rurais”.

Pretende-se com a elaboração do PRGP-SLA “definir os referenciais para a transformação da paisagem nos territórios vulneráveis e estabelecer as diretrizes e medidas adequadas para a promoção de novas economias, promovendo a reconversão de espécies e culturas, a multifuncionalidade territorial, o restauro de ecossistemas e o incremento dos seus serviços, bem como identificar áreas de intervenção prioritárias para o desenvolvimento de operações integradas de gestão da paisagem e esquematizar o quadro de apoios e incentivos ao investimento, manutenção e remuneração dos serviços dos ecossistemas” (Despacho n.º 2507 - A/2021) e cabe à Direção-Geral do Território a elaboração do mesmo.

Assim, o Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Lousã e do Açor (PRGP-SLA) tem por objetivo promover uma transformação da paisagem no sentido de uma maior resiliência aos fogos rurais, dotando os territórios com mais atividades económicas ligadas aos seus recursos naturais e maior equilíbrio do ponto de vista da sua biodiversidade e capital natural.

3 DISCUSSÃO PÚBLICA

Atendendo à grande área abrangida pelo PRGP SLA, entendeu a equipa realizar três momentos participativos distintos, distribuídos por grupos de municípios atendendo, genericamente, às Unidades de Paisagem (UP) identificadas na área de estudo após visita de campo (Figura 1).

Foi realizado um momento participativo nos concelhos de Arganil/ Pampilhosa da Serra (aproximadamente equivalente à UP 1), outro no concelho de Góis (UP 2) e outro nos concelhos de Pedrógão Grande/Castanheira de Pêra / Figueiró dos Vinhos (UP 3). Os momentos participativos apenas diferem entre si na área de incidência, uma vez que a metodologia mobilizada e o tipo de informação recolhida em cada um deles foi sempre a mesma.

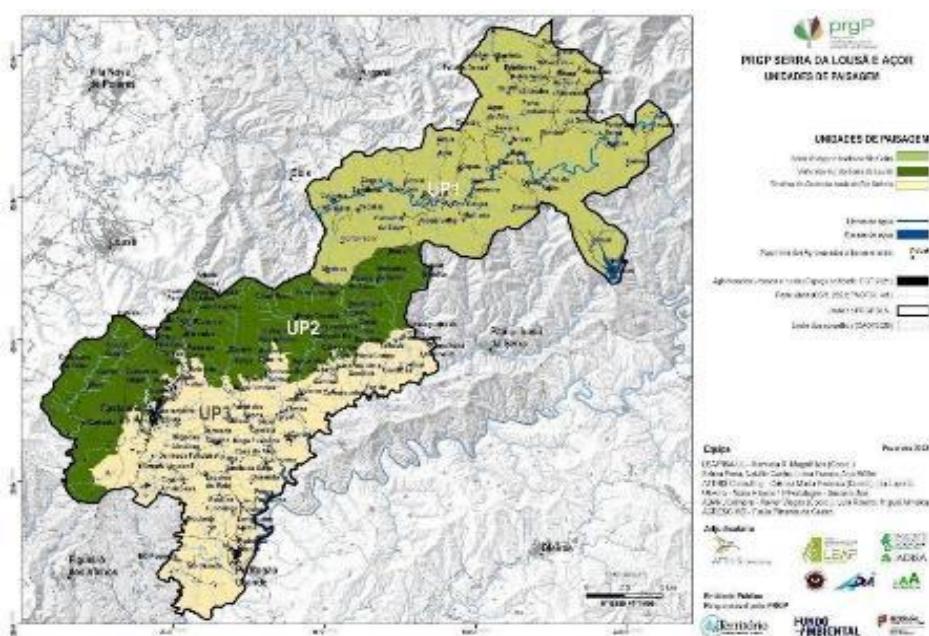


Figura 1. Unidades de paisagem identificadas na área de estudo após visita de campo

3.1 METODOLOGIA DO WORKSHOP PARTICIPATIVO

Atendendo aos objetivos acima expostos, e à tipologia de informação a recolher em sede de momento participativo, entendeu-se pela realização de um Workshop Participativo como a melhor ferramenta a mobilizar no âmbito do PRGP SLA para a recolha de contributos relativos à paisagem abrangida pelo Programa, a sua evolução desejada e benefícios associados (i.e., serviços de ecossistema) (Fernandes et al., 2020; Lopes et al., 2021; Lopes & Videira, 2016).

Os três Workshops Participativos (WP) realizados foram desenhados de forma a permitir responder a cinco grandes questões que alimentaram a elaboração do PRGP SLA, bem como respetivo plano de governança e monitorização e, ainda, a sua Avaliação Ambiental Estratégica, a saber:

1. Que benefícios da paisagem local são reconhecidos pelas partes interessadas?
2. Que evolução ou transformação da paisagem é desejada pelas partes interessadas?
3. Qual o impacto da transformação desejada nos benefícios reconhecidos pelas partes interessadas?
4. Que medidas entendem as partes interessadas devem ser adotadas para facilitar a transformação desejada?
5. Quão dispostas (i.e., de que forma e em que condições) estão as partes interessadas em fazer parte de um plano para a transformação desejada?

Para responder às questões elencadas, foi desenhado um conjunto de quatro exercícios a desenvolver em sede de WP, para os quais foram convidados representantes dos diferentes setores público, privado e da sociedade civil com responsabilidade e interesse nas opções de gestão florestal em cada uma das UP.

O 1º exercício dos WP pretendia recolher informação para responder à primeira questão colocada (Que benefícios da paisagem local são reconhecidos pelas partes interessadas?). A Figura 2 apresenta mais detalhes sobre a dinamização do 1º exercício.

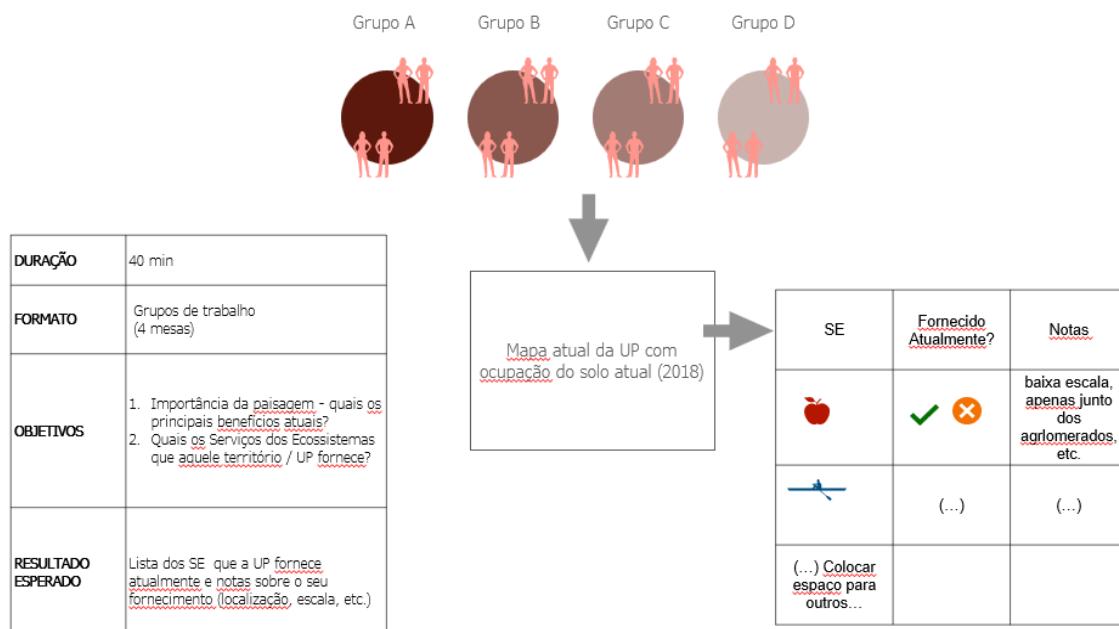


Figura 2. 1º exercício do Workshop Participativo (benefícios da paisagem atual). Formato, objetivos e resultados esperados

O 2º exercício dos WP pretendia recolher informação para responder à segunda e à terceira questões colocadas (Que evolução ou transformação da paisagem é desejada pelas partes interessadas? Qual o impacto da transformação desejada nos benefícios reconhecidos pelas partes interessadas?).

A figura 3 apresenta mais detalhes sobre a dinamização do 2º exercício.

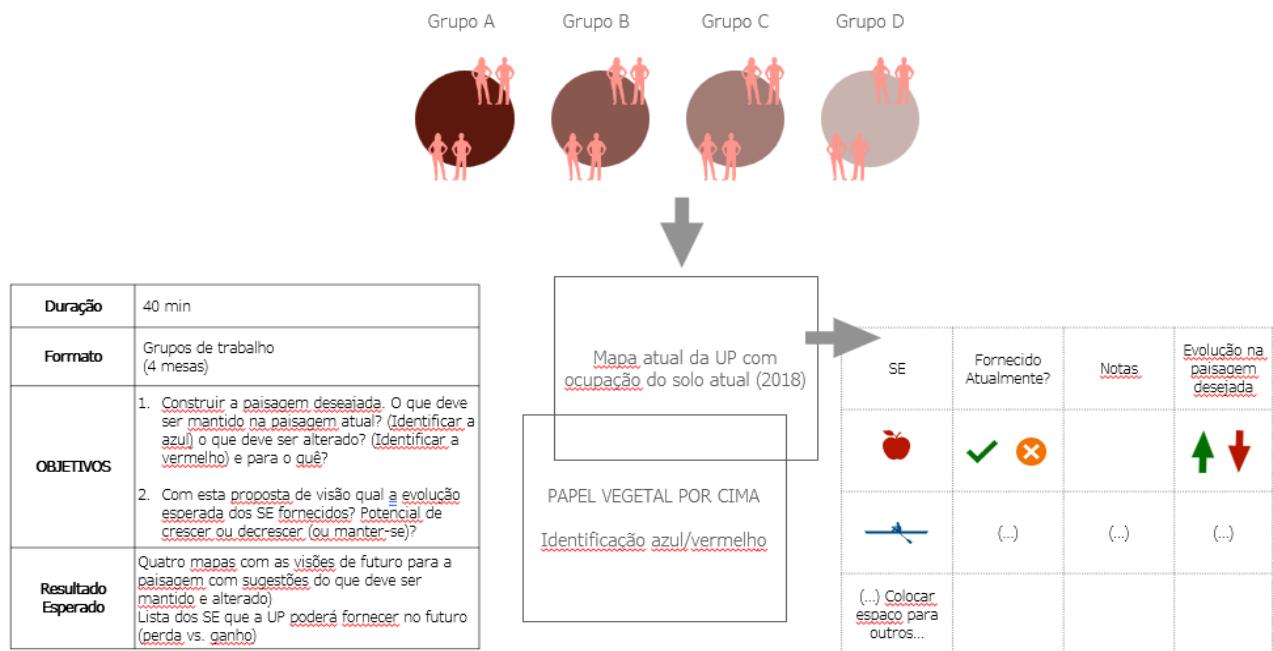


Figura 3. 2º exercício do Workshop Participativo (evolução desejada da paisagem e benefícios).
Formato, objetivos e resultados esperados

O 3º exercício dos WP pretendia recolher informação para responder à quarta questão colocada (*Que medidas entendem as partes interessadas devem ser adotadas para facilitar a transformação desejada?*). A figura 4 apresenta mais detalhes sobre a dinamização do 3º exercício.

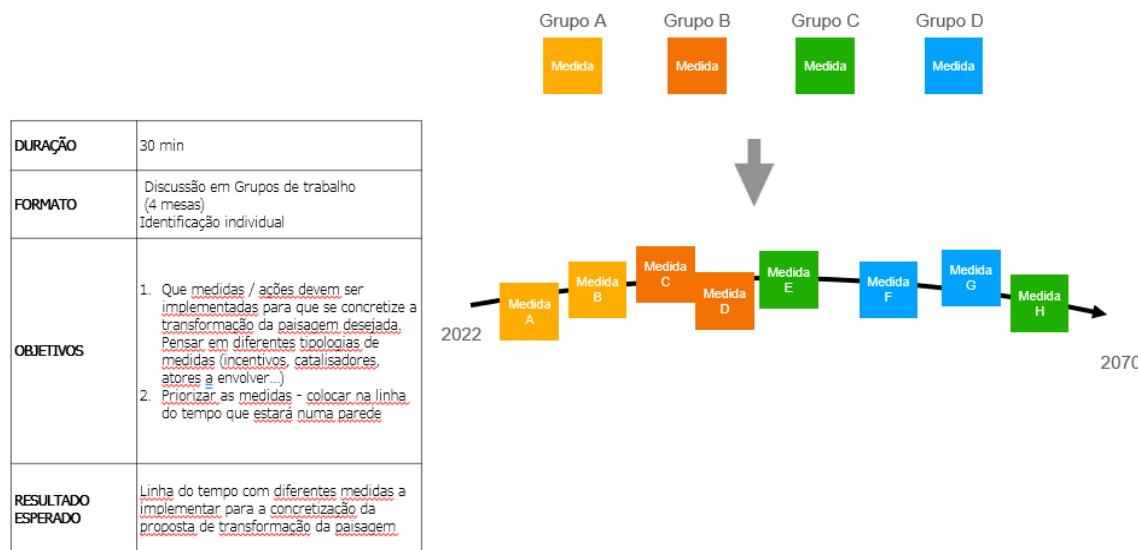


Figura 4. 3º exercício do Workshop Participativo (medidas facilitadoras da transformação).
Formato, objetivos e resultados esperados

O 4º e último exercício dos WP pretendia recolher informação para responder à quinta questão colocada (*Quão dispostas estão as partes interessadas em fazer parte de um plano para a transformação desejada?*). Ao contrário dos restantes exercícios, realizados em grupo, este 4º exercício foi realizado individualmente, tendo sido pedido a cada participante que respondesse por escrito a três questões de forma anónima, colocadas num envelope fechado depositado numa caixa à saída do WP. As questões colocadas para resposta anónima e individual foram:

- Está disposto a fazer parte da transformação desejada da paisagem hoje discutida?
- De que forma (i.e., qual seria o seu papel)?
- Em que condições (i.e., qual são os requisitos mínimos ou entraves reconhecidos)?

Após entrega da resposta individual, foi realizado um processo de priorização da lista de benefícios/serviços de ecossistemas reconhecidos na paisagem desejada de forma individual. Foi assim pedido a cada participante que, à saída, colocasse um total de 10 votos nos benefícios/serviços identificados que considerasse prioritários. Os participantes eram livres de decidir pela distribuição dos seus votos, podendo, por exemplo, aplicar dez votos no mesmo benefício/serviço ou distribuir um voto por dez benefícios/serviços distintos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 96 entidades convidadas, 27 fizeram-se representar através de um total de 40 participantes nos três workshops participativos - 13 no WP 3, 141 no WP 2, e 13 no WP 1 (Quadro 1).

Dos principais subsetores convidados, os bombeiros, as empresas/associações ligadas aos subprodutos da floresta (em particular apicultores) e as associações de BTT e outros desportos na natureza não se fizeram representar. Algumas entidades de gestão florestal responsáveis por ZIFs e AIGPs inseridos na área do PRGP SLA também não puderam estar presentes, apesar do convite e reforço após envio do convite da importância da sua participação.

Quadro 1- Representação dos subsetores nos diferentes Workshops Participativos (WP), em número de participantes. (*Um dos participantes apenas esteve presente na abertura, portanto considera-se 13 participantes ativos em todo o Workshop*)

Subsetores presentes	WP 3 Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande	WP 2 Góis	WP 1 Arganil e Pampilhosa da Serra
Associações Ambientais		1	3
Associações de Caça	1		
Associações de Gestão Florestal (ZIF/AIGP/GAL)	1	2	
Associações de Produtores Florestais		5	2
Autarquia (Freguesias)	2		1
Comissões de Compartes e Baldios/ Comissões de Melhoramentos	3	1	1
Indústria Celulose	1	1	1
Turismo natureza	1	1	
TOTAL	13	13	13

As autarquias e associações de produtores florestais foram os subsetores mais representados em número de participantes (35 e 17% dos participantes, respetivamente) (figura 5). Note-se que a categoria “Associações de Produtores Florestais” inclui também produtores a título individual (proprietários) que compareceram em Góis (WP 2) a convite das associações, tendo sido possível assegurar a sua participação atendendo à lotação das salas e número de convidados presentes sem comprometer as regras impostas pela Direção-Geral da Saúde à data dos eventos (COVID-19).

De seguida apresentam-se os resultados de cada Workshop Participativo (WP) bem como a sua discussão à luz da elaboração do PRGP SLA.

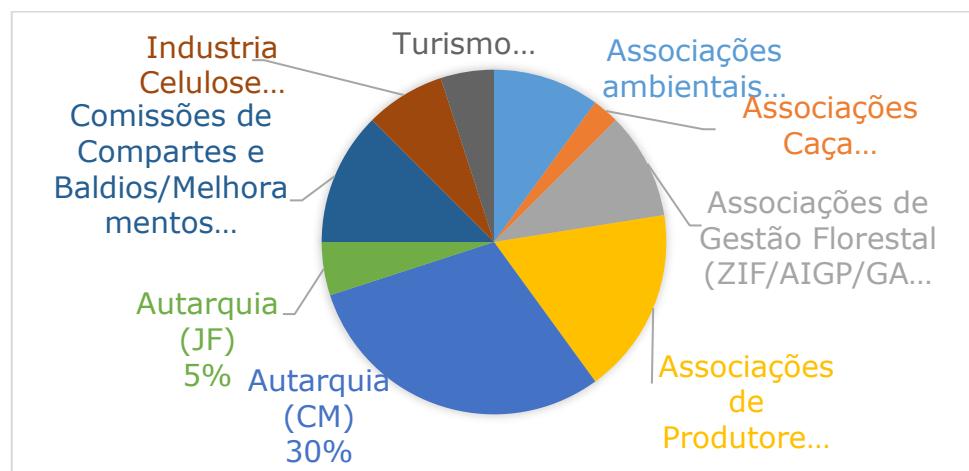


Figura 5. Representação dos “Setores” nos 3 workshops (% em termos de número de participantes)

4.1 WORKSHOP PARTICIPATIVO “1” (ARGANIL E PAMPILHOSA DA SERRA)



Benefícios da paisagem atual

Os participantes, dispostos em 4 grupos, reconheceram quase todos os Serviços de Ecossistema (SE) listados como benefícios existentes na paisagem atual da UP 1 (6). Os SE identificados por todos os grupos na paisagem atual foram a produção de lenha, oportunidades de recreio, sequestro de carbono, produção de alimento, e quantidade/qualidade da água. Apenas a produção de fibra animal (lãs, peles) e a redução da poluição (visual, sonora, atmosférica) não foram identificados por nenhum grupo como benefícios da paisagem atual.

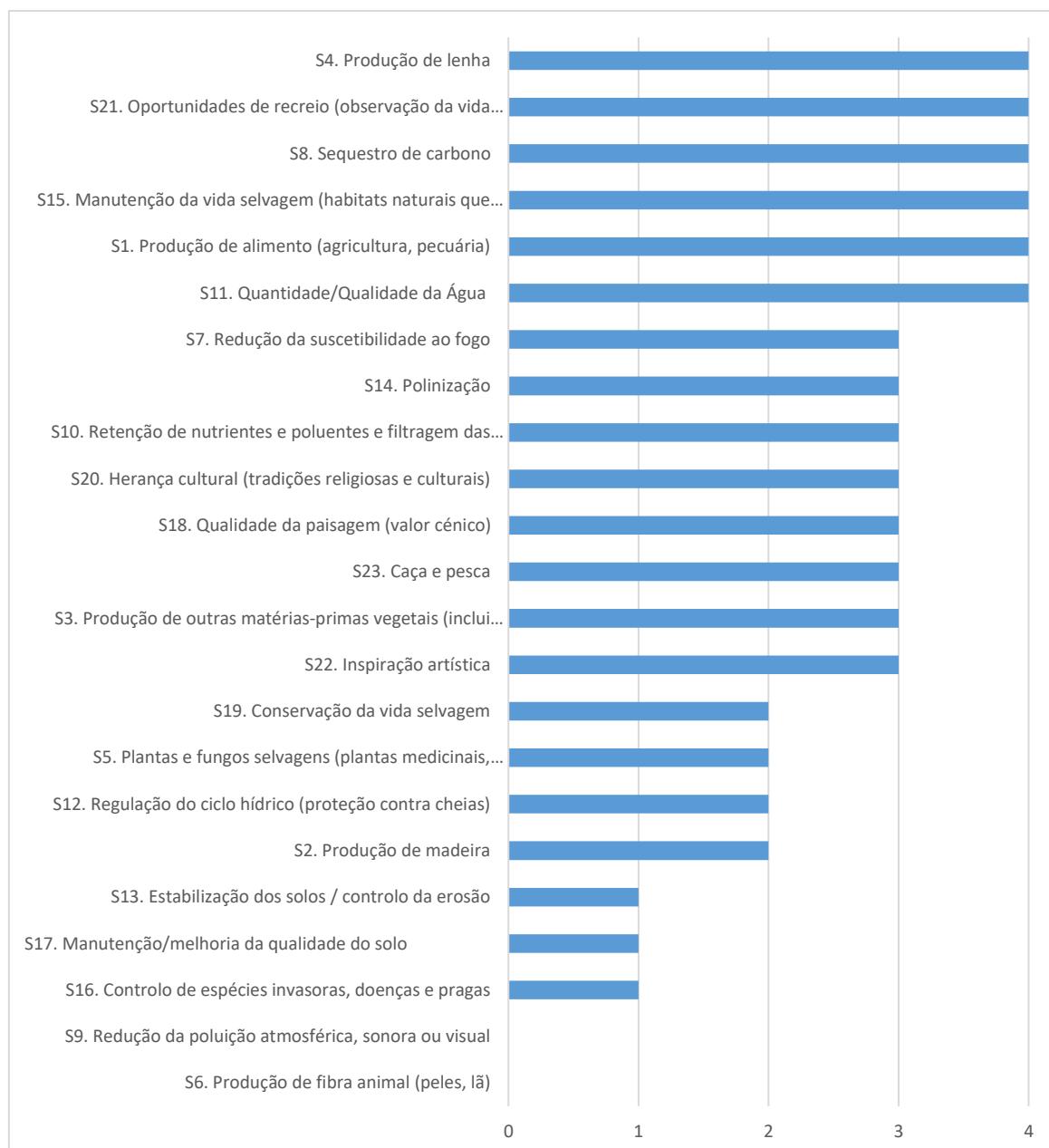
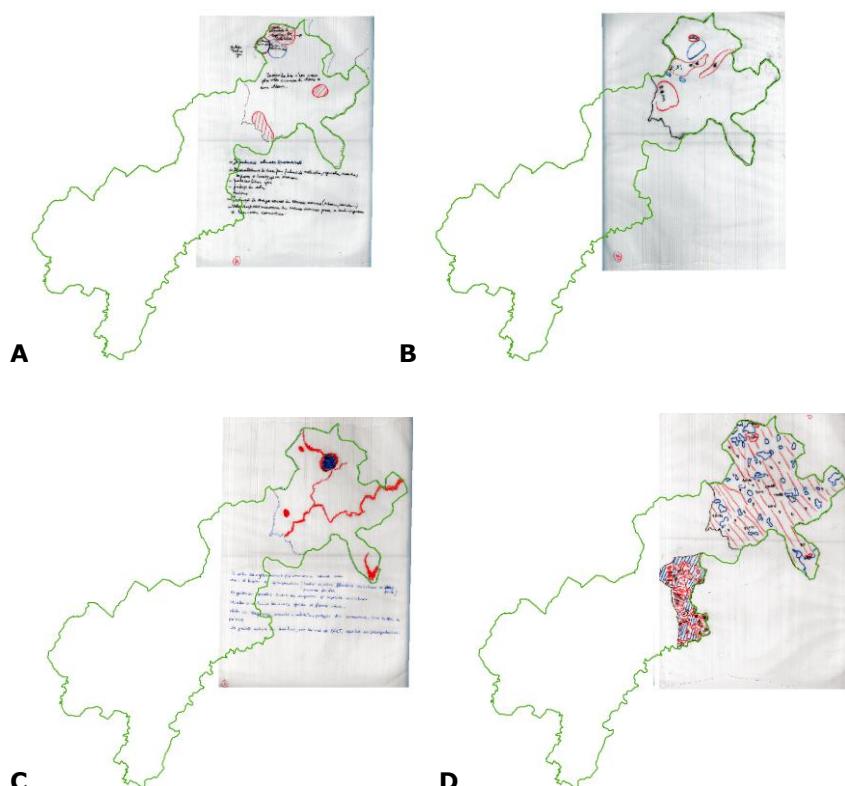


Figura 6. Identificação de SE na paisagem atual – Workshop Participativo 1

Evolução desejada da paisagem

Os grupos identificaram no mapa da UP 1 áreas a manter (azul) ou a alterar (vermelho) e a sua justificação. Os resultados são sumarizados na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** 7, onde se pode verificar que a erradicação das espécies invasoras e a manutenção da área protegida da Mata da Margaraça foram pontos comuns a todos os grupos na UP 1. (Figura 7. Paisagem desejada – UP 1)



GRUPO A	Manutenção e proteção da Mata da Margaraça. Erradicar invasoras especialmente nas zonas identificadas a vermelho. Proteger/recuperar linhas de água. Assegurar maior produção alimentar sustentável em toda a região, com valorização dos subprodutos da floresta (Castanha, Medronho, Cogumelos).
GRUPO B	Manutenção e proteção da Mata da Margaraça. Erradicar áreas atualmente dominadas por invasoras e recuperar área florestal ardida com floresta de Pinheiro bravo, Medronho, Castanheiro, Sobreiro, Carvalho alvarinho. Fomentar floresta de Nogueira, Castanheiro ou Medronho a norte da Mata da Margaraça.
GRUPO C	Proteção dos aglomerados populacionais com zonas agroflorestais/pomares e gado extensivo. Recuperação das galerias ripícolas com espécies autóctones. Manter gestão ativa de silvicultura/agricultura no restante território. Manter o estatuto da Mata da Margaraça, erradicar invasoras e aumentar o buffer de proteção da mata (com mais espécies autóctones). Apostar na silvopastorícia como método de gestão ativa na defesa da floresta contra incêndios.
GRUPO D	Manutenção da área de Pinheiro bravo gerido de forma ativa. Erradicar invasoras e inverter a composição da paisagem em toda a área no sentido do domínio das espécies

autóctones, em particular o Castanheiro, o Medronho e o Pinheiro bravo. Fomentar agricultura com Olivais (freguesia de Pessegueiro).

Uma análise conjunta destes resultados com a evolução do desenho da paisagem na UP 1 no âmbito do PRPG SLA (figura 8) permite concluir que o cenário 2030 incorporou as principais preocupações levantadas no WP, em particular a eliminação das espécies invasoras, proteção dos aglomerados populacionais com propostas de áreas agroflorestais e agricultura, preservação da Mata da Margaraça e criação de *buffer* (zona tampão) à sua volta, e a recuperação das linhas de água. Como ponto de potencial dissonância entre a paisagem desejada e a transformação potencialmente proposta, salienta-se a redução da área de floresta de Pinheiro bravo que está patente no cenário 2050.

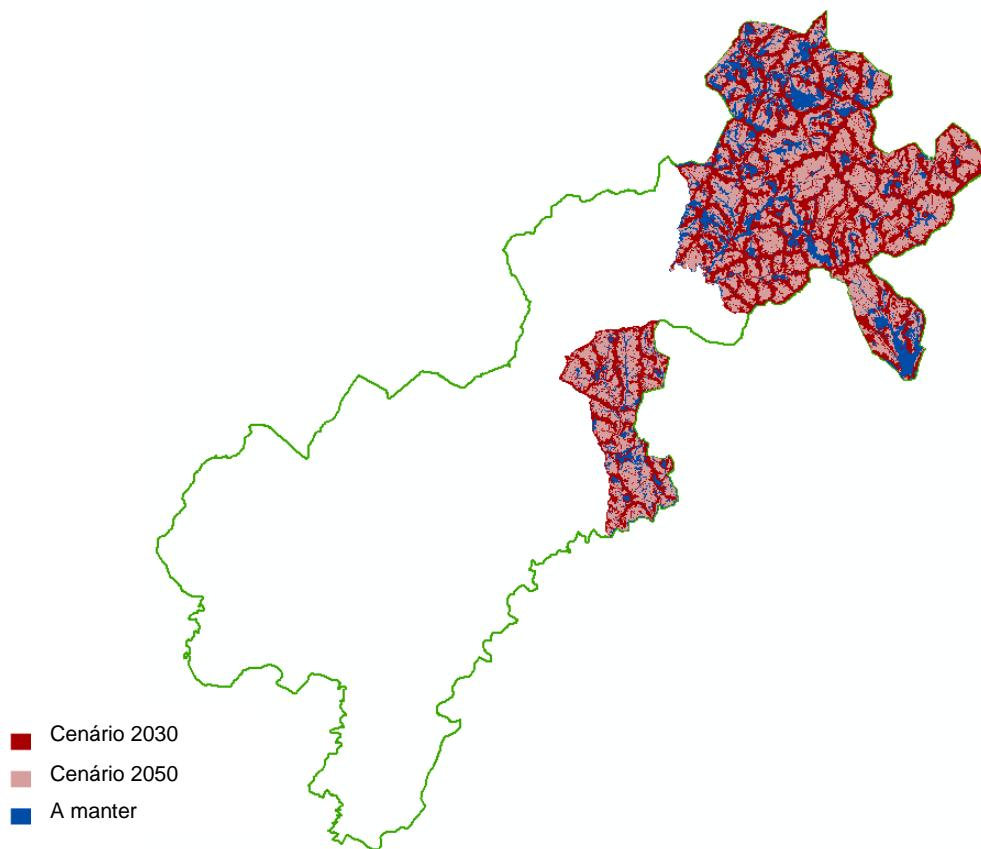


Figura 8. Evolução da paisagem da UP 1 (inclui a freguesia de Pessegueiro) nos dois cenários sucessivos (áreas a alterar/manter)

Evolução dos benefícios e benefícios prioritários

Os grupos identificaram a evolução esperada nos benefícios/serviços de ecossistema com a transformação desejada (Quadro 2). Salienta-se o claro aumento ou pelo menos manutenção dos benefícios com a paisagem desejada, sendo apenas a evolução da produção de outras matérias primas vegetais (como a resina) identificada como incerta (2 grupos entendem pela sua redução, 1 grupo entende pela sua manutenção, 1 grupo entende pelo seu aumento).

Individualmente, os participantes priorizaram os benefícios/serviços identificados, sendo assim possível verificar que os 5 benefícios mais valorizados pelas partes interessadas na UP 1 são: a produção de alimento (agricultura, pecuária), as plantas e fungos selvagens, o controlo de espécies invasoras, a redução da suscetibilidade ao fogo e a quantidade e qualidade da água. As partes interessadas consideram que a evolução esperada com a transformação para estes benefícios é o seu claro aumento ou pelo menos manutenção, no caso da agricultura.

Quadro 2 -Priorização dos SE e a sua evolução com a transformação da paisagem desejada UP 1

Serviços de Ecossistema	Evolução esperada com a transformação	Prioridad e*
S10. Retenção de nutrientes e poluentes (galerias ripícolas)	Claro aumento	2
S11. Quantidade/Qualidade da Água	Claro aumento	9
S12. Regulação do ciclo hídrico (proteção contra cheias)	Claro aumento	0
S13. Estabilização dos solos / controlo da erosão	Claro aumento	3
S14. Polinização	Claro aumento	2
S15. Manutenção da vida selvagem	Claro aumento	1
S16. Controlo de espécies invasoras, doenças e pragas	Claro aumento	12
S17. Manutenção/melhoria da qualidade do solo	Claro aumento	1
S5. Plantas e fungos selvagens	Claro aumento	13
S7. Redução da suscetibilidade ao fogo	Claro aumento	10
S8. Sequestro de carbono	Claro aumento	4
S1. Produção de alimento (agricultura, pecuária)	Manutenção ou aumento	17
S18. Qualidade da paisagem (valor cénico)	Manutenção ou aumento	4
S19. Conservação da vida selvagem	Manutenção ou aumento	3
S2. Produção de madeira	Manutenção ou aumento	5
S21. Oportunidades de recreio	Manutenção ou aumento	1
S22. Inspiração artística	Manutenção ou aumento	0
S23. Caça e pesca	Manutenção ou aumento	1
S20. Herança cultural (tradições religiosas e culturais)	Manutenção ou aumento	1
S4. Produção de lenha	Manutenção ou aumento	1
S3. Produção de outras matérias-primas vegetais	Incerto	7

*Número de votos atribuídos pelos participantes

Medidas para assegurar transformação

Os grupos identificaram um conjunto de medidas facilitadoras da transformação para a paisagem desejada, tendo considerado algumas como urgentes e outras a aplicar a médio/longo prazo (Quadro 3). Salienta-se a incorporação de algumas dessas medidas consideradas urgentes no PRGP SLA, em particular a recuperação das linhas de água e galerias ripícolas, a compensação por Serviços de Ecossistemas e o controlo das espécies invasoras.

Quadro 3 - Medidas facilitadoras da transformação desejada – UP 1

Tipologia de Medidas	Urgentes	Médio Prazo	Longo Prazo
Demografia/ Habitação	•Aumento da população residente		
Melhorar ecossistemas	•Recuperação e proteção das linhas de água •Reflorestação com espécies autóctones folhosas •Reflorestação		•Minimizar a intervenção humana nas zonas de floresta (gestão mínima) •Proteção e manutenção contínua das zonas florestais
Financiamento/Pagamento o SE	•Compensação paga aos proprietários com gestão ativa pelos SE proporcionados		
Gestão na Floresta de Produção	•Mecanização das atividades florestais para aumentar eficiência e diminuir esforço associado ao trabalho		
Turismo		•Valorização do produto "paisagem" com apoio e dinamização do turismo natureza	
Valorizar subprodutos da floresta	•Criar empreendedor da aldeia (agricultura, florestas, pecuária, turismo rural, apicultura) individual ou coletivo •Valorização da matéria prima local	•Valorização dos produtos secundários (identidade/marca)	•Valorização do equilíbrio da floresta para o bem-estar das comunidades
Legislação/ Burocracia	•Simplificação administrativa		
Sensibilização			•Registo e observação do desenvolvimento ecológico das zonas florestais •Sensibilização e educação sobre regeneração dos solos, proteção das linhas de água, importância da biodiversidade
Economia Local	•Dinamização dos circuitos curtos de comercialização •Apoio ao pequeno proprietário para escoamento de produtos •Criar elos de ligação de fileira económica para a caprinicultura (que também faz DFCI) •Entreponto comercial/regional (escoar a matéria prima) •Levantamento e registo de conhecimento local acerca da		•Apoio a pequenos negócios sustentáveis (turismo, produção alimentar, lenha...)

	autossuficiência e utilização de espécies alimentares adaptadas • Desenvolvimento de ações de partilha de recursos		
Melhorar ecossistemas (invasoras)	• Controlo de espécies invasoras • Ação integrada, durável e sistemática de controlo das espécies invasoras		
Apoio Técnico / Mão de obra especializada	• Dinamizar um programa de cativar pessoas para trabalhar em território agroflorestal		

4.2 WORKSHOP PARTICIPATIVO “2” (GÓIS)



Benefícios da paisagem atual

Os participantes, dispostos em 4 grupos, reconheceram quase todos os Serviços de Ecossistema (SE) listados como benefícios existentes na paisagem atual da UP 2 (Figura 9). Os SE identificados por todos os grupos na paisagem atual foram a produção de madeira e outras matérias primas vegetais, manutenção da qualidade do solo, caça e pesca, regulação do ciclo hídrico, quantidade/qualidade da água, oportunidades de recreio, sequestro de carbono, valor cénico da paisagem, produção de alimento (pequena escala), polinização, controlo da erosão, manutenção e conservação da vida selvagem e retenção de nutrientes (galérias ripícolas). Apenas um grupo identificou a produção de fibra animal (lãs, peles) como benefício da paisagem atual.

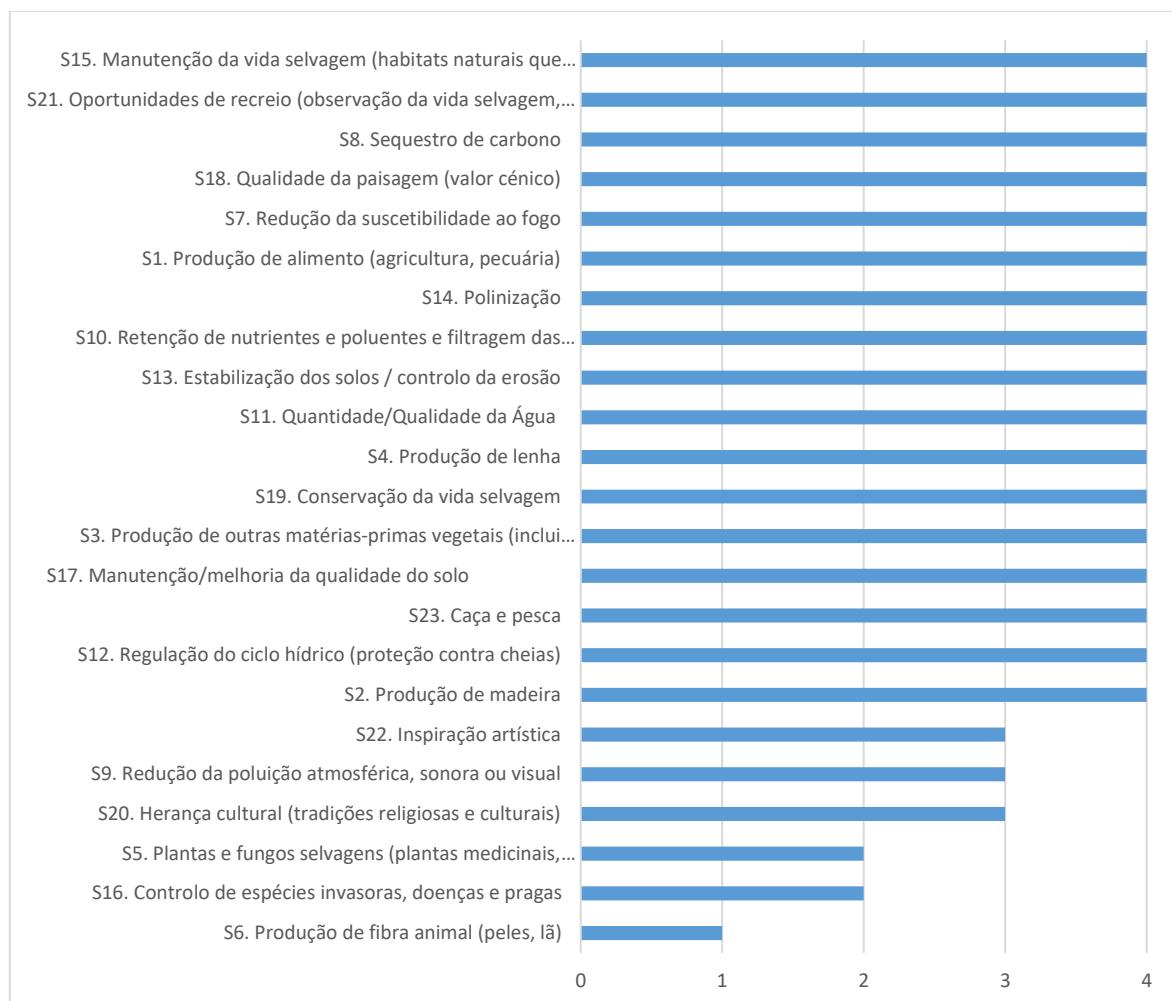


Figura 9. 1 Identificação de SE na paisagem atual – Workshop Participativo 2

Evolução desejada da paisagem

Os grupos identificaram no mapa da UP 2 áreas a manter (azul) ou a alterar (vermelho) e a sua justificação. Os resultados são sumarizados na figura 10, onde se pode verificar que a recuperação das linhas de água e a manutenção da área florestal bem gerida foram pontos comuns entre os grupos.

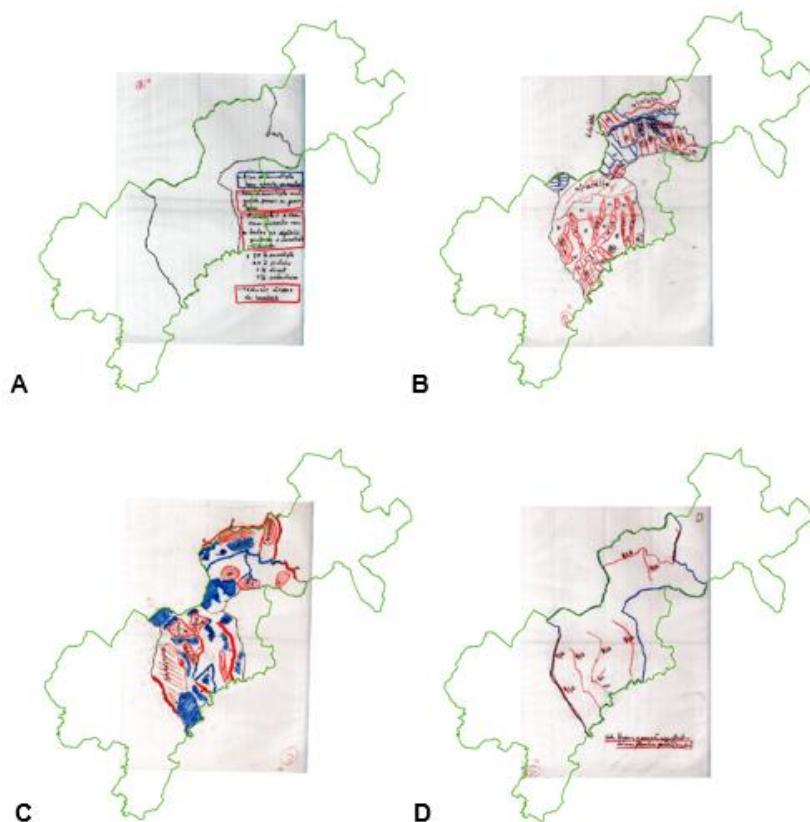


Figura 10- Paisagem desejada – UP 2

GRUPO A	Manter toda a área de Eucalipto bem gerido. Melhorar a gestão na área de eucalipto mal gerido. Aumentar a área de floresta com todas espécies, incluindo Eucalipto e Pinheiro bravo, tal que: 70% Eucalipto, 20% pinheiro, 5% Olival, 5% Castanheiro. Reduzir a área de matos.
GRUPO B	Recuperar linhas de água com espécies autóctones: Azereiro, Ulmeiro, Freixo e outras espécies ribeirinhas. Manter floresta de Pinheiro bravo. Fomentar floresta de Pinheiro bravo (bem gerido), por oposição ao eucaliptal. Manter eucaliptal na parte centro/sul da área do PRGP SLA no município de Gois. Fomentar floresta autóctone e Pinheiro bravo e Pinheiro negral na parte norte da área do PRGP SLA no município de Gois. Apostar nos pomares de Castanheiro e Cerejeira em conjunto.
GRUPO C	Manter áreas de Bordo e espécies ribeirinhas. Recuperar as linhas de água com espécies ribeirinhas (freixo, <i>Alnus glutinosa</i> ..). Apostar na floresta mista com Pinheiro bravo, Sobreiro, Oliveiras e Medronheiro para transformar áreas de eucaliptal. Apostar no carvalho negral e Castanheiro na parte norte do concelho inserida no PRGP SLA. Apostar no pastoreio na zona limite do PRGP SLA (norte do concelho de Gois).
GRUPO D	Recuperar as linhas de água com espécies ribeirinhas, carvalho negral e alvarinho. Aumento de 2 a 3 vezes da área florestal gerida, face ao atual. Manutenção da proporção de eucaliptal na região.

Uma análise conjunta destes resultados com o desenho da paisagem nos dois cenários sucessivos realizada na UP B no âmbito do PRPG SLA (figura 11) permite concluir que o cenário 2030 incorporou algumas das preocupações levantadas no WP, em particular a eliminação das espécies invasoras e a recuperação das linhas de água. Como ponto de potencial dissonância entre a paisagem desejada e a transformação potencialmente proposta, salienta-se a redução da área de floresta de Eucalipto e Pinheiro bravo que está patente no desenho da paisagem no cenário 2050.

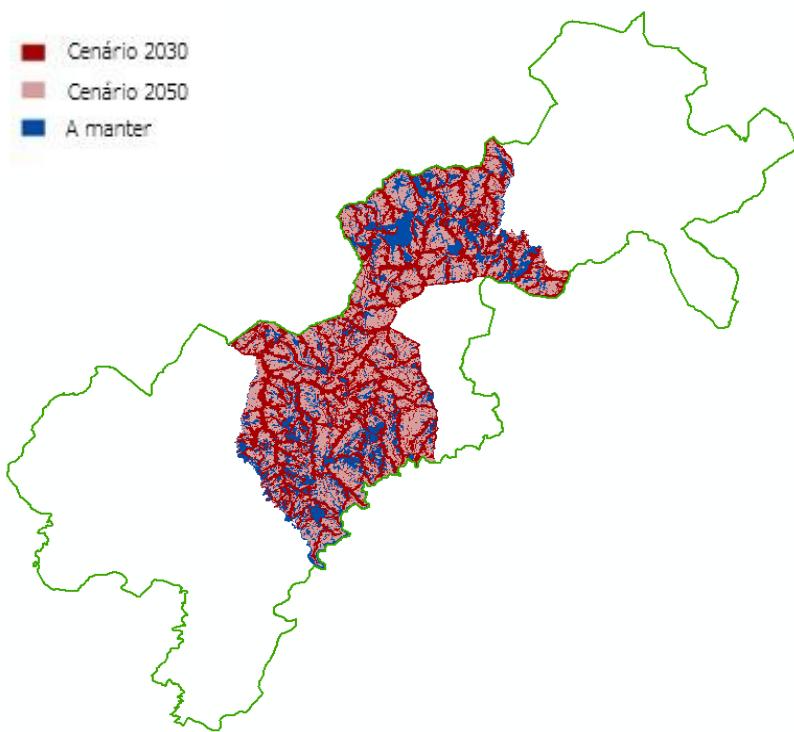


Figura 21- Evolução da paisagem da UP 2 nos dois cenários sucessivos (áreas a alterar/manter)

Evolução dos benefícios e benefícios prioritários

Os grupos identificaram a evolução esperada nos benefícios/serviços de ecossistema com a transformação desejada na UP 2 (Quadro 4). Salienta-se o claro aumento ou pelo menos manutenção dos benefícios com a paisagem desejada, sendo apenas a evolução da manutenção da vida selvagem identificada como incerta (2 grupos entendem pelo seu aumento, 1 grupo entende pela sua manutenção, 1 grupo entende pela sua redução).

Individualmente, os participantes priorizaram os benefícios/serviços identificados, sendo assim possível verificar que os 4 benefícios mais valorizados pelas partes interessadas na UP 2 são: a produção de madeira (com 24 dos 95 votos existentes²), o controlo de espécies invasoras, as oportunidades de recreio e a redução da suscetibilidade ao fogo. As partes interessadas consideram que a evolução esperada com a transformação para estes benefícios é o seu claro aumento.

² 4 dos 14 participantes ausentaram-se do Workshop antes do exercício de priorização, fazendo com que o máximo de votos contabilizados neste WP fosse 100 (10 votos para cada um dos 10 participantes que votaram). Mais ainda, alguns participantes não quiseram exercer a totalidade dos seus votos, tendo sido contabilizados 95 votos no total.

Quadro 4 - Priorização dos SE e a sua evolução com a transformação da paisagem desejada \ UP 2

Serviços de Ecossistema	Evolução com a transformação	Prioridade*
S1. Produção de alimento (agricultura, pecuária)	Claro aumento	2
S14. Polinização	Claro aumento	3
S16. Controlo de espécies invasoras, doenças e pragas	Claro aumento	14
S2. Produção de madeira	Claro aumento	24
S21. Oportunidades de recreio	Claro aumento	11
S3. Produção de outras matérias-primas vegetais	Claro aumento	4
S4. Produção de lenha	Claro aumento	0
S7. Redução da suscetibilidade ao fogo	Claro aumento	14
S10. Retenção de nutrientes e poluentes águas (galerias ripícolas)	Manutenção ou aumento	2
S11. Quantidade/Qualidade da Água	Manutenção ou aumento	5
S13. Estabilização dos solos / controlo da erosão	Manutenção ou aumento	1
S17. Manutenção/melhoria da qualidade do solo	Manutenção ou aumento	0
S18. Qualidade da paisagem (valor cénico)	Manutenção ou aumento	2
S23. Caça e pesca	Manutenção ou aumento	2
S8. Sequestro de carbono	Manutenção ou aumento	0
S12. Regulação do ciclo hídrico (proteção contra cheias)	Manutenção ou aumento	0
S19. Conservação da vida selvagem	Manutenção ou aumento	5
S22. Inspiração artística	Manutenção ou aumento	0
S5. Plantas e fungos selvagens	Manutenção ou aumento	0
S9. Redução da poluição atmosférica, sonora ou visual	Manutenção ou aumento	0
S6. Produção de fibra animal (peles, lã)	Manutenção ou aumento	0
S20. Herança cultural (tradições religiosas e culturais)	Manutenção ou aumento	5
S15. Manutenção da vida selvagem	Incerto	1

*Número de votos atribuídos pelos participantes

Medidas para assegurar transformação

Os grupos identificaram um conjunto de medidas facilitadoras da transformação para a paisagem desejada, tendo considerado algumas como urgentes e outras a aplicar a médio/longo prazo (Quadro 5). Salienta-se a incorporação de algumas das medidas consideradas urgentes no PRGP SLA, como sendo a remuneração pelos Serviços de Ecossistemas e a instalação de prados nas faixas primárias de gestão de combustível (potencial para pastoreio).

Quadro 5- Medidas facilitadoras da transformação desejada – UP 2.

Tipologia de Medidas	Urgentes	Médio Prazo	Longo Prazo
Cadastro	• Apoiar levantamento e registo cadastral dos prédios rurais (BuPi)		
Demografia/ Habitação	• Infraestruturação local	• Fixação da população	• Reequilíbrio demográfico
Escala de gestão	• Emparcelamento • Alterar a estrutura fundiária		
Melhorar ecossistemas		• Alterar ocupação das vertentes a sul com sobreiros	• Criação de Florestas de Conservação nos Baldios
Financiamento/ Pagamento SE	• Remuneração por serviços de ecossistemas florestais diretamente ao proprietário • Financiamento para a Floresta na fase de investimento e manutenção	• Incentivos públicos para implementar medidas de conservação para prevenção dos incêndios rurais	• Pagamento por Serviços de Ecossistemas em pleno funcionamento
Gestão na Floresta de Produção	• Campanha de esclarecimento dos benefícios da floresta de produção bem gerida • Apoiar proprietários a melhorar a gestão • Aumentar a Gestão Florestal (floresta 100% bem gerida)		
Turismo	• Promoção de atividades de turismo e cinegética • Recuperação das casas dos guardas florestais para turismo		
Fiscalização/ Monitorização	• Incentivos públicos para implementar medidas de conservação para prevenção dos incêndios rurais	• Fiscalização efetiva pelas autoridades competentes	
Combate Incêndios	• Dispositivo de combate presente no local	• Gestão de Combustíveis no local	
Valorizar subprodutos da floresta	• Apoiar apicultores - apiários fomentar espécies de flora apícola • Maior Gestão da Caça grossa • Diversificação das atividades económicas complementares	• Instalação de apiários • Criação de unidades de transformação da madeira	
Ordenamento Florestal e Corta Fogos	• Melhorar rede viária florestal pontos de água e aceiros • Gestão da Faixa Primária com Pastoreio		
Legislação / Burocracia	• Alteração da política fiscal		

4.3 WORKSHOP PARTICIPATIVO “3” (CASTANHEIRA DE PERA, FIGUEIRÓ DOS VINHOS E PEDRÓGÃO GRANDE)



Benefícios da paisagem atual

Os participantes, dispostos em 4 grupos, reconheceram todos os Serviços de Ecossistema (SE) listados como benefícios existentes na paisagem atual da UP 3 (figura 12). Os SE identificados por todos os grupos na paisagem atual foram a quantidade/qualidade de água, oportunidades de recreio, sequestro de carbono, caça e pesca, conservação da vida selvagem, produção de resina, polinização, retenção de nutrientes (galerias ripícolas), controlo da erosão, herança cultural, produção de lenha e produção de madeira. Apenas um grupo identificou a produção de fibra animal (lãs, peles) como benefício da paisagem atual.

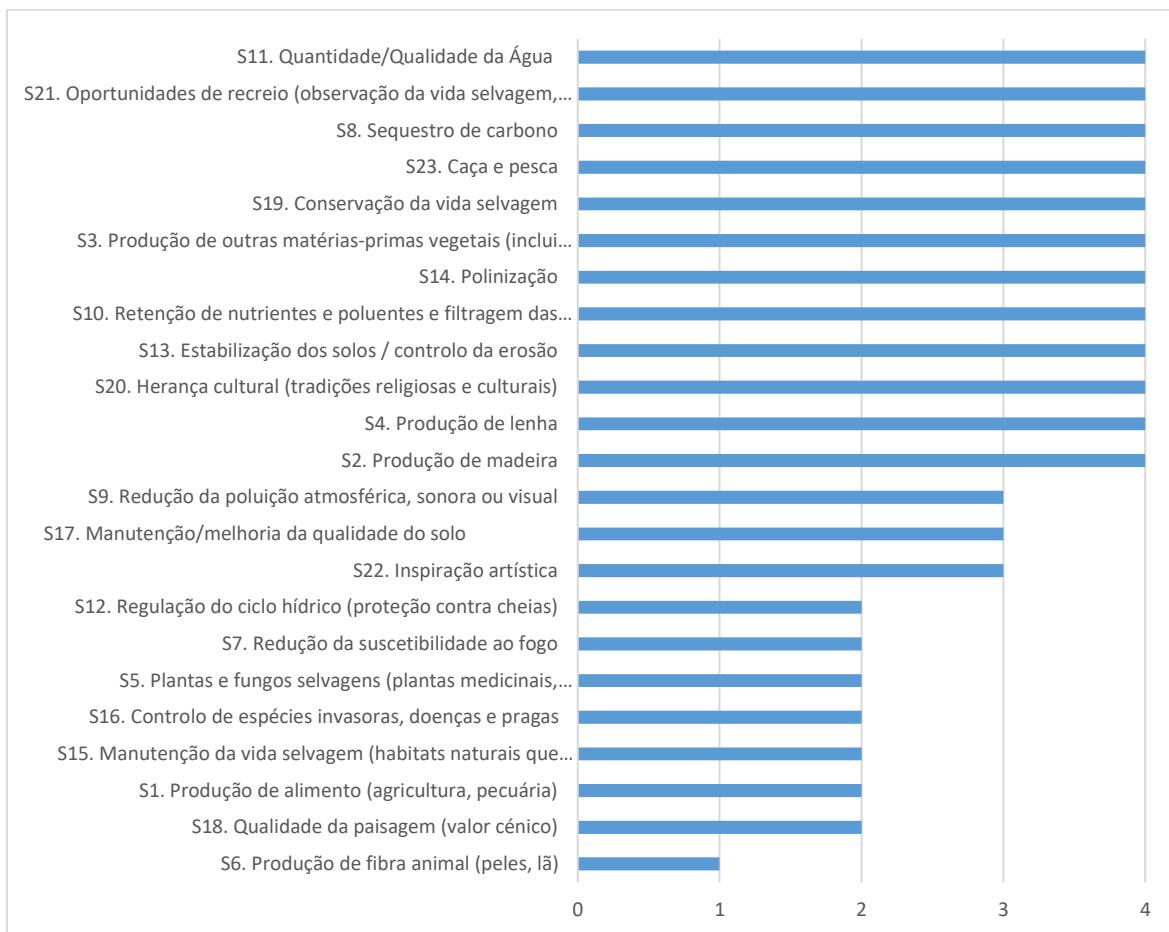


Figura 32 Identificação de SE na paisagem atual – Workshop Participativo 3

Evolução desejada da paisagem

Os grupos identificaram no mapa da UP 3 áreas a manter (azul) ou a alterar (vermelho) e a sua justificação. Os resultados são summarizados na figura 13, onde se pode verificar que a criação de mosaicos/espacos descontínuos foi um ponto comum a todos os grupos.

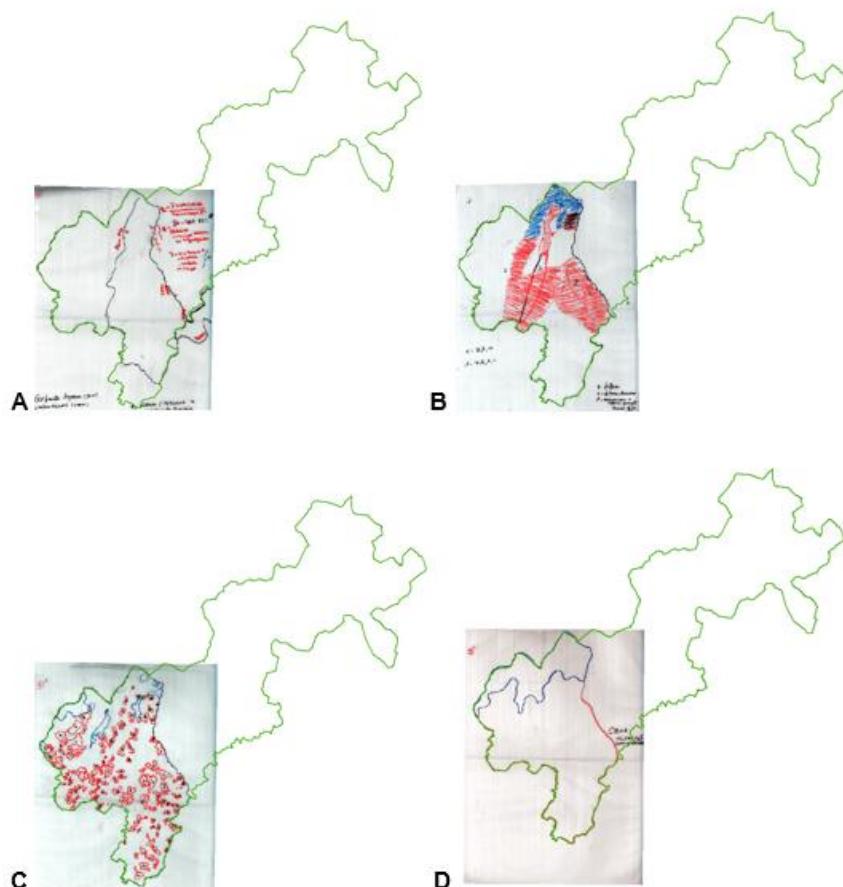


Figura 13 Paisagem desejada – UP 3

GRUPO A	Erradicar invasoras. Recuperar galerias ripícolas nas principais linhas de água - ribeira de Mega, Pera, Unhais, Zêzere. Faixas de gestão de combustíveis de 50m nas edificações dispersas e 100m nos aglomerados populacionais - se necessário expropriar para assegurar a gestão das faixas. Fomentar Sobreiro, Castanheiro, Nogueira, Cerejeira e Oliveiras nas faixas.
GRUPO B	Manter zona Norte do concelho de Castanheira, onde já se verificam alguns exemplos de áreas de mata mista autóctone e gestão agroflorestal. Alterar a paisagem no sentido da eliminação do domínio do eucaliptal e fomento de espécies folhosas junto às linhas de água (espécies ribeirinhas autóctones), e de resinosas e folhosas autóctones em outras áreas, como sendo Pinheiro manso, Medronheiro, Carvalho alvarinho. Apostar na produção com Olival, Castanheiros, Sobreiros e Carvalho alvarinho na zona de Pedrógão, em combinação com outras árvores de frutos.
GRUPO C	Manter zonas de matos bem geridas, concelho de Figueiró e Castanheira. Apostar numa alteração da paisagem dominada pelo eucaliptal para uma paisagem de mosaico, dando preferência a floresta de Castanheiro, Nogueira, Ulmeiro e Pinheiro

	bravo. Também o azevinho deve ser uma aposta nesta região, para substituir eucaliptal.
GRUPO D	Manter os bons exemplos a norte do concelho de castanheira e Figueiró. Em todo o resto, criar descontinuidade /mosaicos, apostando em espécies autóctones, olivais, pastoreio.

Uma análise conjunta destes resultados com o desenho da paisagem na UP 3 nos dois cenários sucessivos realizado no âmbito do PRPG SLA (figura 14) permite concluir que o cenário 2030 incorporou as principais preocupações levantadas no WP, em particular a criação de mosaicos (com implementação de prado permanente junto às faixas primárias de gestão de combustível), a eliminação das espécies invasoras, a aposta nas espécies autóctones e a recuperação das linhas de água. Como ponto de potencial dissonância entre a paisagem desejada e a transformação potencialmente proposta, salienta-se a redução da área de floresta de Eucalipto que está patente no cenário 2050.

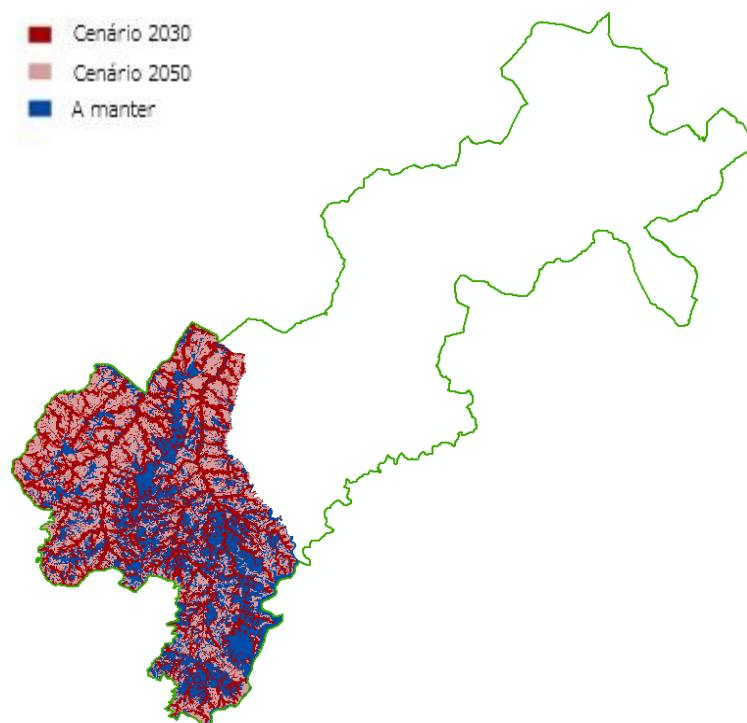


Figura 14 Evolução da paisagem da UP 3 nos dois cenários sucessivos (áreas a alterar/manter)

Evolução dos benefícios e benefícios prioritários

Os grupos identificaram a evolução esperada nos benefícios/serviços de ecossistema com a transformação desejada na UP 3 (Quadro 6). Salienta-se o claro aumento ou pelo menos manutenção dos benefícios com a paisagem desejada, sendo apenas a evolução da produção de madeira e a produção de outras matérias primas (resina) identificadas como “incerta” (1 grupo entende pelo seu aumento, 1 grupo entende pela sua manutenção, 2 grupos entendem pela sua redução).

Individualmente, os participantes priorizaram os benefícios/serviços identificados, sendo assim possível verificar que os 5 benefícios mais valorizados pelas partes interessadas na UP 3 são: controlo de espécies invasoras, oportunidades de recreio, redução da suscetibilidade ao fogo, quantidade/qualidade de água e o valor cénico da paisagem. As partes interessadas consideram que a evolução esperada com a transformação para estes benefícios é o seu claro aumento.

Quadro 6 - Priorização dos SE e a sua evolução com a transformação da paisagem desejada – UP 3

Serviços de Ecossistema	Evolução com a transformação	Prioridade*
S10. Retenção de nutrientes e poluentes (galerias ripícolas)	Claro aumento	1
S11. Quantidade/Qualidade da Água	Claro aumento	12
S12. Regulação do ciclo hídrico (proteção contra cheias)	Claro aumento	3
S14. Polinização	Claro aumento	6
S15. Manutenção da vida selvagem	Claro aumento	3
S16. Controlo de espécies invasoras, doenças e pragas	Claro aumento	14
S18. Qualidade da paisagem (valor cénico)	Claro aumento	10
S19. Conservação da vida selvagem	Claro aumento	7
S21. Oportunidades de recreio	Claro aumento	13
S6. Produção de fibra animal (peles, lã)	Claro aumento	3
S7. Redução da suscetibilidade ao fogo	Claro aumento	12
S8. Sequestro de carbono	Claro aumento	1
S1. Produção de alimento (agricultura, pecuária)	Manutenção ou aumento	8
S13. Estabilização dos solos / controlo da erosão	Manutenção ou aumento	5
S17. Manutenção/melhoria da qualidade do solo	Manutenção ou aumento	3
S22. Inspiração artística	Manutenção ou aumento	1
S23. Caça e pesca	Manutenção ou aumento	6
S5. Plantas e fungos selvagens	Manutenção ou aumento	9
S9. Redução da poluição atmosférica, sonora ou visual	Manutenção ou aumento	0
S20. Herança cultural (tradições religiosas e culturais)	Manutenção ou aumento	3
S4. Produção de lenha	Manutenção ou aumento	0
S2. Produção de madeira	Incerto	6
S3. Produção de outras matérias-primas vegetais	Incerto	4

*Número de votos atribuídos pelos participantes

Medidas para assegurar transformação

Os grupos identificaram um conjunto de medidas facilitadoras da transformação para a paisagem desejada, tendo considerado algumas como urgentes e outras a aplicar a médio/longo prazo (Quadro 7). Salienta-se a incorporação de algumas das medidas consideradas urgentes ou de médio prazo no PRGP SLA, como a remoção das espécies invasoras e as intervenções nas linhas de água.

Quadro 7 - Medidas facilitadoras da transformação desejada – UP 3

Tipologia de Medidas	Urgentes	Médio Prazo	Longo Prazo
Apoio Técnico / Mão de obra especializada		<ul style="list-style-type: none"> • Criação de mão de obra especializada • Apoio Técnico para áreas sem gestão (em escala) 	
Cadastro	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do cadastro (unânime entre 4 grupos) 		
Demografia/Habitacão	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de habitação em espaço rural 	<ul style="list-style-type: none"> • Combater o êxodo e fixar população 	
Escala de gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Emparelhamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a escala de gestão • Associativismo (proprietários) 	
Financiamento/ Pagamentos por SE	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento público que alavanque também o investimento privado 	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamentos por serviços de ecossistemas diretos aos proprietários 	
Fiscalização / Monitorização		<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar fiscalização 	
Melhorar ecossistemas	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar locais com espécies invasoras e priorizar intervenção de remoção 	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento de intervenções nas linhas de água e zonas ribeirinhas 	<ul style="list-style-type: none"> • Paisagem mais diversificada (biodiversidade) • Floresta mais resiliente
Ordenamento Florestal			
Sensibilização	<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas de sensibilização para a floresta multifuncional junto dos proprietários 		
Turismo natureza			<ul style="list-style-type: none"> • Promover turismo da natureza
Ordenamento Florestal e Corta Fogos	<ul style="list-style-type: none"> • Criação das AIGP • Condomínio da Aldeia (proteção dos aglomerados) • Direito sucessório 	<ul style="list-style-type: none"> • PDM Florestal • Financiar expropriação nas Faixas de Gestão de Combustíveis - proprietários privados • Alterar a ocupação das Faixas de Gestão de Combustíveis 	
Valorizar subprodutos da floresta		<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar subprodutos - frutos secos, material lenhoso de valor acrescentado, medronho, mel, caça e pesca 	
Legislação/Burocracia	<ul style="list-style-type: none"> • Simplificar burocracia de acesso a financiamento 		
Economia local		<ul style="list-style-type: none"> • Multiplicação do rendimento em espaço florestal 	

4.4 DISPONIBILIDADE PARA PARTICIPAR NA TRANSFORMAÇÃO

Conforme exposto acima, ao final de cada Workshop Participativo, foi pedido aos participantes que respondessem, de forma individual e anónima, se estariam dispostos a participar na transformação da paisagem proposta.

A resposta recebida foi unânime: todos os participantes disseram que estariam dispostos a participar. A forma como poderiam participar e as condicionantes da sua participação são detalhadas no quadro abaixo (Quadro 8).

Verifica-se que as principais condicionantes levantadas pelas partes interessadas se prendem essencialmente com o financiamento/rendimento do proprietário florestal, sendo também o apoio técnico e financiamento para a transformação, a sensibilização e a fiscalização medidas determinantes para a mobilização das partes interessadas no âmbito do PRGP SLA.

Quadro 8 - Respostas individuais e anónimas dos participantes quanto à disposição para contribuir com a transformação da paisagem proposta

De que forma estão dispostos a contribuir?	Em que condições estão dispostos a contribuir?
Continuando o nosso trabalho de regeneração segundo os princípios da nossa associação	Em cooperação e mútuo entendimento dos intervenientes de todas as partes envolvidas
De uma forma ativa, dependendo do meu conhecimento do território e do conhecimento profissional	Apenas se forem adotadas políticas de continuidade para o território. É necessário haver um foco generalizado no objetivo a atingir, pois os constrangimentos estão todos mais que estudados e conhecidos
	É necessário criar planos realistas e exemplares, coerentes e com base em conhecimento científico. Deverão ser justos com a Natureza e com a população que nela habita. O pequeno produtor, que necessita de incentivos, e não de ser penalizado por não ter capacidade e conhecimento para fazer o correto.
Estaríamos dispostos a contribuir com o conhecimento que temos para uma melhor gestão da floresta de produção	A ideia de ter uma paisagem diversificada, protetora de pessoas e bens só pode acontecer com retorno económico para as pessoas que vivem no território. A escala dos investimentos é importante e o apoio técnico também.
Fornecendo <i>know-how</i> do ponto de vista técnico e do ponto de vista pessoal	Incondicionalmente. A situação evoluiu até ao ponto em que se torna um imperativo moral alterar o estado atual do nosso território.
Já tento fazer enquanto pequeno proprietário e acima de tudo por via associativa através dos baldios	Valorizo uma serra com uma paisagem de diversidade, protetora de árvores e recursos do solo, água e biodiversidade. Valorizo aldeias mais seguras para pessoas e bens. Valorizo acreditar num futuro com mais vida na Serra.
Moro num local destes (interior) estou sempre disposto a ajudar nesta transformação quer a nível particular quer a nível profissional.	Só necessitamos que nos indiquem o caminho
Estou disposto a fazer parte deste processo de transformação, valorização da paisagem no meu território	Acompanhamento aprofundado na implementação e manutenção de espécies florestais autóctones; Implementação e

De que forma estão dispostos a contribuir?	Em que condições estão dispostos a contribuir?
	instalação de rebanhos de caprinos. Fomento da apicultura.
Através do trabalho na entidade que represento, todas as ações levadas a cabo têm em consideração a tentativa de melhorar o território.	É necessário um maior compromisso do Estado nas políticas territoriais, com continuidade temporal e mais recursos humanos.
Como empresa de gestão florestal estamos no terreno para construir uma melhor floresta, rentável, sustentável e multifuncional, como fazemos há décadas na região	Deve haver respeito pela propriedade privada e isenção de ideologias radicais
	Apoiar técnica e financeiramente o produtor florestal independentemente da espécie que produz; vigiar permanentemente nas épocas críticas a floresta, fomentar o primeiro ataque aos incêndios "a melhor maneira de apagar o fogo é não deixar pegar";; não podemos deixar arder a floresta e esperar que o fogo chegue às casas e nessa altura apagá-lo, nessa altura já tem proporções enormes e é mais difícil de apagar; olhem para as imagens de satélite e verifiquem que as plantações de eucalipto geridos não arderam. Autoextinguiram-se.
Como produtor, continuar com as boas práticas, para assim melhorar o rendimento. Manter postos de trabalho, cuidar das minhas propriedades e lutar contra a desertificação do interior.	As condições até ao momento são praticadas pelo próprio. No futuro espero que o estado (setor florestal) ajude e não atrapalhe.
No exercício atual da minha profissão	Para conseguir efetuar o meu contributo, estou no momento condicionado às políticas públicas que venham a surgir no futuro, nomeadamente sobre os instrumentos de gestão do território, financeiros e legais.
Como membro de uma associação que promove e protege a serra, estamos dispostos a ajudar estando presentes em iniciativas de transformação da paisagem, uma vez que temos um viveiro de árvores autóctones. Alterando a paisagem para uma paisagem de conservação utilizando a nossa produção autóctone.	Sou contra a produção excessiva de eucalipto. Há que ter uma diversidade da nossa floresta e isto só é possível com mais pessoas a vigiarem e a gerirem a floresta.
Como parceiro ativo	Influenciar a alteração de comportamentos dos proprietários florestais, e entidades gestoras, participar/organizar ações de educação ambiental e ações de plantação de árvores e apoiar com o turismo o retorno financeiro da região
Enquanto técnica florestal posso ser uma mais valia no fomento da boa gestão das áreas florestais	
	Redução das monoculturas no território. Atração do turismo de natureza e aumento da carga de visitantes pagadores de serviços, aumento dos postos de trabalho, melhor equilíbrio na paisagem
Enquanto proprietário, produtor e gestor	A criação de sinergias entre produtores da região é fundamental para a rentabilidade das operações e o desenvolvimento económico da região
Técnicos para campo a dar apoio aos trabalhos	Temos terrenos para todas as espécies, esta região é favorável ao eucalipto e pinheiro. Deve impedir-se a massificação de uma só espécie. É necessário facilitar projetos e assegurar o seu financiamento. A floresta deve ser bem ordenada e gerida e deve ser compensada pelo valor ambiental. É preciso reorganizar os serviços florestais, limpar as estradas florestais, adaptar a Lei de emparcelamento à realidade, ajudar as

De que forma estão dispostos a contribuir?	Em que condições estão dispostos a contribuir?
	associações florestais, profissionalizar os bombeiros e combater a burocracia.
Enquanto proprietário, autarca e responsável associativo, tenho o gosto interesse e obrigação de participar na transformação.	Desejo para a região uma floresta mais resiliente, mais cuidada e gerida, RENTÁVEL, e que proporcione à região um maior reequilíbrio populacional. Mas só um olhar sobre a floresta não é suficiente. Um olhar sobre as questões que essa mesma floresta ALCANÇA ao nível social é essencial. Sem florestas não temos gente. Sem gente e sem floresta é o abandono total.
Enquanto residente na UF Cadafaz e colmeal, estou disposto a colaborar (também como responsável pelo baldio) na melhoria do ordenamento florestal na perspetiva paisagística e ambiental.	Os terrenos públicos e comunitários devem optar por uma floresta autóctone que promova a valorização da paisagem, os cursos de água, etc., também na perspetiva turística.
Dando formação especializada, mostrando gestão ativa e formas de rentabilizar a floresta de produção	Sendo parceiro quer como proprietário quer como entidade que gere eficazmente floresta de produção, temos conhecimento local/regional de como agir em território sem gestão - CANIVAR escala gestão.
Dando apoio na fiscalização e no apoio técnico aos proprietários	Existindo financiamento adequado a cada operação, desde o levantamento do cadastro, à implementação no terreno das medidas necessárias, garantindo o rendimento dos proprietários florestais
Como proprietário, para melhor ordenamento	Com uma melhor sensibilização e um maior investimento público/privado
Como proprietário e por via laboral	De modo gracioso, mas também pode ser através de financiamento, sempre que o meu município o solicite
De duas formas: coletiva, como representante do município, com várias medidas que consideramos essenciais: Investimento público no território, que permita a fixação de investimento privado, pessoas e empresas; Valorização dos espaços públicos, com a implementação de medidas de incentivo à implantação de espécies autóctones; Incentivos aos privados através de projetos inclusivos; Implementação do PDM Florestal; Medidas de valorização dos produtos e subprodutos associados à floresta; Manutenção/Fiscalização dos espaços agroflorestais; Dinamizar terrenos privados/próprios com espécies autóctones	Valorização das áreas florestais, incentivos públicos e assegurar escoamento dos produtos/subprodutos florestais
Promovendo sensibilização e divulgação aos proprietários associados	Se nos facultarem as ferramentas necessárias
Na qualidade de quadro técnico (florestal) de um município, terei um papel a desempenhar na implementação da estratégia necessária à transformação	Disponível para colaborar em todo este processo
Incentivar a população a mudar o pensamento sobre a floresta	Assegurar o rendimento dos proprietários, que existe atualmente, fazendo perceber que as mudanças trarão maior rendimento e grandes destaque ecológicos e sociais
Promovendo todas as ações ao nível individual, com DECISÕES práticas com vista ao emparcelamento e a um nível mais alargado promovendo iniciativas e ações conducentes a esta transformação	Para que todas as transformações possam vir a ter sucesso há que garantir que os atores tenham compensação económica. Entendo ser fundamental uma mudança de mentalidades por forma a permitir um futuro sustentável no âmbito agroflorestal
Enquanto profissional	Para melhores resultados, tem de ser uma condição a forma de financiamento estar assegurada
	Toda a participação em qualquer projeto carece antes de tudo que se traduza na

De que forma estão dispostos a contribuir?	Em que condições estão dispostos a contribuir?
Comunicação e promoção de boas práticas ambientais no e fora do terreno	prática, ou seja, que os projetos passem da teoria à prática
Sou proprietário de uma empresa na região, nascida como consequência dos incêndios de 2017, trabalhando na temática de diversificação dos rendimentos em espaço florestal, trabalhando nos concelhos de Arganil, Gois e Fig. dos Vinhos	As dificuldades para executar os projetos em curso são essencialmente a falta de acompanhamento e comunicação

5 CONCLUSÕES DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Os momentos participativos realizados no âmbito da elaboração do PRGP SLA permitiram recolher contributos valiosos para a definição da transformação proposta. O reconhecimento dos benefícios prestados pela paisagem atual e a sua evolução positiva com a transformação desejada foram evidenciados pelas partes interessadas nas três unidades de paisagem (UP), sendo que os benefícios/serviços de ecossistema mais valorizados foram diferentes em cada UP – na UP 1 (Arganil e Pampilhosa da Serra) a produção de alimento (agricultura e pecuária), ainda que em pequena escala, foi o benefício mais valorizado; na UP 2 (Góis) o benefício mais valorizado foi a produção de madeira; e na UP 3 (Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande) foi o controlo das espécies invasoras o benefício mais valorizado.

As diferenças observadas entre UPs também transparecem na identificação de medidas a adotar para facilitar a transformação desejada da paisagem, sendo que as medidas mais referidas na UP 1 são as relacionadas com a economia local – em particular a dinamização dos circuitos de comercialização para escoamento dos produtos; enquanto que, na UP 2, houve maior menção às medidas relacionadas com a gestão na floresta de produção - nomeadamente aumentar as taxas de gestão e melhorar/apoiar a gestão mais sustentável; e na UP 3 as medidas mais consideradas foram as relacionadas com o ordenamento florestal e com a escala de gestão – em particular a criação do cadastro, o emparcelamento e a melhoria das faixas de gestão de combustíveis.

Pese embora as condicionantes expostas pelos participantes, em muito relativas ao financiamento e apoio técnico a assegurar aos proprietários, é possível concluir-se que há mobilização das partes interessadas para a transformação proposta no âmbito do PRGP SLA, em linha com os seus objetivos.

5.1 PUBLICITAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (DL n.º 80/2015, de 14 de maio), na sua redação atual, e o Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem (DL n.º 28 -A/2020, de 26 de junho), definem, no artigo 50.º e 10.º respetivamente que, quer os programas especiais quer os programas setoriais, como é o caso do PRGP, assim que concluída a sua elaboração, devem ser submetidos a um período de discussão pública pela entidade pública responsável pela sua elaboração. O aviso de abertura da discussão deve ser publicado com 5 dias de antecedência, no Diário da República e a divulgar através da comunicação social e no respetivo sítio na Internet. Para além disso, o período de discussão pública não pode ser inferior a 20 dias.

A Discussão Pública é uma oportunidade para consolidar a reflexão, debate e concertação entre a comunidade técnica, científica e sociedade civil.

Assim, o Aviso n.º 10151/2025/2, publicado na 2.ª serie do Diário da República n.º 74, de 15.04.2025, com término previsto a 16 de junho de 2025 foi prolongado até ao dia 30 de junho de 2025 pelo Aviso nº. 14439/2025/2 publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 6 de junho, vem cumprir estes requisitos, avisando (com 8 dias de antecedência) da abertura da discussão pública a 5 de maio de 2025 e do seu encerramento a 30 de junho de 2025.

5.2 DOCUMENTOS PARA A DISCUSSÃO PÚBLICA

- a) [Relatório Ambiental](#)
- b) [Resumo não técnico](#)
- c) [Diagnóstico Prospetivo](#)
- d) [Pareceres e Relatório de Ponderação](#)
- e) [Desenho da Paisagem](#)
- f) [Desenho da Paisagem Áreas Prioritárias](#)
- g) [Relatório Síntese e peças gráficas](#)
- h) [Informação geográfica](#)

5.3 MODOS DE CONSULTA

Durante este período, os documentos encontraram-se disponíveis para consulta dos interessados no Portal PARTICIPA (<https://participa.pt/>) e no portal da Direção Geral do Território (<https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp/programas-reordenamento-gestao-paisagem-discussao-publica>), cumprindo o disposto no Aviso n.º 19035/2023, de 03 de outubro, que informava que *"os interessados podem apresentar as suas observações e sugestões, na forma escrita, preferencialmente através do Portal PARTICIPA"*. Os interessados podiam ainda consultar a documentação em discussão pública nas instalações da DGT e das Câmaras Municipais de Arganil, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra e Pedrogão Grande.

5.4 CONTRIBUTOS RECEBIDOS

Contributos na Sessão Pública de Apresentação e debate

Sessão de Consulta Pública, das 15:30h às 17:30h, no salão nobre do município de Castanheira de Pera, sobre a proposta do PRGPSLA. Estiveram presentes na sessão 20 participantes de 12 entidades diferentes, incluindo entidades públicas, sector privado, associações e particulares, tal como identificado no Anexo I – folha de presenças.

A sessão teve início com as boas-vindas aos participantes dadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, seguida da intervenção da Sra. Diretora-Geral da DGT com um agradecimento a todos os presentes e de uma breve apresentação dos objetivos dos PRGP em geral, e do PRGPSLA, em particular.

O quadro 10 esquematiza os principais temas abordados na sessão, identificando como a DGT se posiciona para o respetivo acolhimento e a respetiva fundamentação.

Quadro 10 – Síntese das questões abordadas na sessão pública

TEMAS / CONCEITOS/ PREOCCUPAÇÕES	FORMA E COMPONENTES PARA ACOLHIMENTO	FUNDAMENTAÇÃO	
Floresta de produção	Diminuição de área de floresta de produção	Considerar evolução para floresta gerida e compartimentada com descontinuidades na matriz de transição Introdução da componente compartimentação com a rede hidrográfica fundamental	Será enfatizada a prevenção estrutural das descontinuidades associadas à rede hidrográfica na diminuição da propagação de fogos rurais
	Conceito produção (tb garante proteção do solo enquanto SE de acordo com as práticas culturais)	Considerar práticas de gestão ativa que criem adicionalidade nos SE para permitir a sua remuneração	Multifuncionalidade da floresta com gestão ativa Gestão ativa da floresta conduzida em mosaicos territoriais e temporais
	Floresta não gerida	Considerar a evolução das áreas que arderam ou que estão abandonadas para floresta gerida e compartimentada com descontinuidades na matriz de transição	Otimizar a produção nas áreas identificadas como de alto potencial Gestão das espécies florestais e galerias ripícolas
	Aplicação do RJAAR	As orientações dos PRGP vinculam a administração constituindo, como plano de paisagem, um dos requisitos a ter em conta na análise dos projetos RJAAR	No que se refere à regra da LBOTU da vinculação dos particulares em matéria de floresta, os PRGP como instrumento programático de natureza estratégica estabelecem orientações e princípios sem o detalhe necessário para a vinculação dos particulares. Não sendo identificadas normas de incompatibilidades com os IGT, os PRGP vinculam as entidades da administração e devem orientar os particulares nas suas opções. Os avisos específicos para financiamento de ações privilegiarão opções alinhadas com os PRGP. A aprovação dos PRGP não vai obrigar a alterar os PGF aprovados.
	Ação das empresas produtoras	Visão integrada do conjunto das parcelas arrendadas	Não onerar os proprietários individualmente com questões resultantes da incidência territorial das estruturas de reorganização da paisagem Intervenções territoriais alinhadas com princípios e orientações dos PRGP.
	Associação da floresta de	É reconhecido que é a acumulação de	Mosaicos de usos são a opção para a Sublinhar a função dos mosaicos territoriais na

TEMAS / CONCEITOS/ PREOCCUPAÇÕES		FORMA E COMPONENTES PARA ACOLHIMENTO		FUNDAMENTAÇÃO
	produção à ocorrência e propagação de incêndios	biomassa e a geomorfologia que favorecem a propagação de incêndios	gestão da carga de biomassa.	prevenção estrutural da ocorrência e propagação de fogos rurais.
Economia	Impacto económico da transformação da paisagem	Evidenciar os impactos diretos	O impacto económico mais direto é não perder vidas e bens com a ocorrência e progressão de incêndios e permitir a manutenção do sequestro de carbono.	Será enfatizada a prevenção estrutural das descontinuidades associadas à rede hidrográfica na diminuição da propagação de fogos rurais
	Dinamização da economia	Diversificação de atividades	Multifuncionalidade da floresta com gestão ativa	Conjunto de ações prioritárias diversificado de suporte à economia rural
AIGP / OIGP e APGA	Candidaturas de AIGP aprovadas que não evoluíram para OIGP	Espacializar nas propostas dos PRGP	Reconhecimento da aproximação do projeto aos conceitos e princípios dos PRGP e das orientações dos PSA	Requisitos de maturidade a serem considerados nos avisos específicos a abrir
	Critério dos baldios	Espacializar nas propostas dos PRGP incluindo as que abrangeram mais de 30% e fundamentaram a exclusão	Beneficiar de estruturas territoriais organizadas e soluções com maturidade para intervenção no terreno	
	Sinalização de APGA	Identificar situações privilegiadas para a gestão agregada pela existência de atores organizados para operacionalizar ações com maturidade		
Faixas de Gestão de Combustível	Fonte de informação	Considerar PRA e PSA	Definição de FGC dos PRA.	Evidenciar instrumentos do SGIFR e a vinculação da norma técnica pelo PSA para as ações de transformação
	Ações de transformação		PSA identificam AEMGC e têm ficha para as galerias ripícolas com medidas de boas práticas.	
	Rede secundária	Considerar interfaces com as áreas edificadas	Multifuncionalidade de usos com	Evidenciar salvaguarda de solos agrícolas, estruturas de paisagem

TEMAS / CONCEITOS/ PREOCUPAÇÕES	FORMA E COMPONENTES PARA ACOLHIMENTO	FUNDAMENTAÇÃO
	gestão ativa de proximidade	com socalcos, pecuária com raças autóctones

Foram apresentadas pelo município as iniciativas relativas aos Condomínios de Aldeia - transformação do território nas aldeias do Coentral Grande, Coentral das Barreiras e Fojo, Sarnadas, Pisão, Bolo, Valséa, Moredos, Vale Moinho, Carregal Cimeiro e Sarzedas do Vasco e o projeto Estabilização de Emergência Pós Incêndio – Incêndio Florestal de Pedrogão Grande. Este envolve a operação resultante do impacto do Grande Incêndio Florestal de Pedrogão Grande de 17 de junho de 2017, executado na União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, Concelho de Castanheira de Pera, pelo Município de Castanheira de Pera.

O projeto visa implementar as intervenções de emergência pós incêndio, isto é, um conjunto de medidas de estabilização, com caráter de urgência, para a proteção dos recursos (solo e água), infraestruturas (rede viária) e das populações, minimizando os efeitos negativos nos ecossistemas afetados, com base no princípio de restauração de áreas ardidas.

As intervenções previstas são:

- 1) recuperação de infraestruturas afetadas;
- 2) Controlo de erosão, tratamento e proteção de encostas;
- 3) Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água
- 4) Diminuição da perda de biodiversidade.

Participações submetidas no Portal Participa

AUTOR	TEMA	PROPOSTA	ONDERAÇÃO
Biond	Mobilização dos proprietários Macroestruturas da Paisagem	<p>Considerar o perfil, as expectativas e os meios disponíveis do proprietário florestal e o cenário de os proprietários não aderirem. A baixa, ou quase nula participação pode-se acontecer por razões culturais, mas a dimensão e complexidade dos documentos em consulta deveria apresentar uma linguagem clara e acessível.</p> <p>Comportam complexidade e também conceitos genéricos que aplicados no território e em particular nos espaços florestais vão condicionar e impossibilitar atividades e intervenções, nomeadamente na área de produção florestal que são enquadradas e avaliadas por outros instrumentos de gestão. Em particular, no que respeita à Estrutura de conectividade ecológica, onde são incluídos corredores húmidos (tudo indica que são linhas de água permanentes e efêmeras com buffers de 10 metros), não se comprehende a proposta de ir além das linhas de água permanentes com galeria ripícola, sendo incluídas linhas efêmeras, algumas das quais nem terão expressão no terreno. A definição e o desenho destas Macroestruturas, apesar de macro e carecerem de adaptabilidade ao terreno, são georreferenciadas ao detalhe e sendo integradas em PDM, como previsto na D1, mais tarde ou mais cedo, vão ser condicionantes da gestão ativa do território e por conseguinte da floresta existente. A conectividade já está prevista nos PROF, através de corredores ecológicos os quais também só se aplicam às áreas florestais. Assim o PRGP está nesta matéria a alargar a abrangência destas estruturas, sem que estejam consolidadas as orientações e sem que se faça a avaliação no terreno e nos impactos sobre a gestão e impacto económico a diversos níveis.</p>	<p>O PRGP define as grandes ações de transformação para o território das Serras da Lousã e Açor numa escala macro. Por sua vez, a mobilização individual de cada proprietário constitui um trabalho de natureza fina, a desenvolver numa escala de operacionalização que requer proximidade.</p> <p>As linhas de água de nível 1, da 1^a à 4^a ordem, foram consideradas com um buffer de 10 m para cada lado da linha e a de 5^a ordem com 5 m para cada lado, coincidindo com o DPH. A área ocupada por todas as linhas de água, incluindo o buffer, e, excluindo as de 5^a ordem, abrangem 2563 ha, 4,67% da área de intervenção.</p> <p>Nas linhas de água de nível 1, a área de transformação abrange cerca de 961 ha, sem contabilizar a área da galeria ripícola existente. Grande parte destas linhas é ocupada por pinheiro-bravo que ardeu em 2017 (1041 ha - 25%) e por eucalipto (1225 ha - 18%). A transformação da floresta de eucalipto em vegetação ripícola representa 147 ha.</p>

Matriz de transição	<p>Parece fundamentar-se no resultado da aplicação do modelo do modelo FIRELAN, resumindo-se essencialmente à redução das áreas de produção florestal, de eucalipto e pinheiro-bravo e outras resinosas, para transformação em áreas agrícolas, agro silvopastoris e pastagens o que implicará, a curto e médio prazo (10 anos), que surjam agricultores na região (altamente envelhecida e despovoada), a desflorestação ou o abandono e falta de gestão, com implicações que o PRGP não avalia. De facto, embora se prevejam ações prioritárias a curto prazo e outras a médio prazo, 10 anos, o planeamento florestal faz-se no mínimo a 30 anos, e por isso é no período previsto para as ações do PRGP que a análise deveria ser equacionada. Todas estas ações de transformação de floresta de produção implicarão desflorestação, perda significativa de produção e disponibilidade de matéria-prima para diversas indústrias e consequente perda de rendimento de proprietários. O impacto destas medidas na economia do proprietário, economia local e dos setores afetados, não é avaliado na PRGP.</p> <p>Deveriam ser estudadas e apresentadas alternativas, menos intrusivas, mais integradoras, com menor exigência de recursos, tirando partido do potencial produtivo, bem como das possibilidades de gestão existente na área do PRGP. Desta forma seriam aproveitados os recursos existentes, com menores custos e com resultados a prazos mais curtos. Efetivamente, deveria haver um trabalho de identificação de locais estratégicos para a compartimentação e recuperação pelas ações de gestão de áreas abandonadas ou degradadas, que sejam áreas produtivas, de conservação ou proteção. Esta é uma outra forma de aumentar a resiliência do território.</p> <p>Considera-se como vantagens da abordagem baseada na Gestão Ativa a redução do risco de incêndio com menor custo de reconversão, preservação de rendimentos florestais (madeira, biomassa), maior aceitação por parte dos proprietários florestais, e a compatibilidade com os objetivos do PRGP-SLA em termos de resiliência, biodiversidade e economia rural.</p>	<p>No Desenho da Paisagem a simulação do fogo valida as opções e as interações que advém da obrigatoriedade incorporação do planeamento existente a vários níveis.</p> <p>A opção ao nível da transformação incidiu sobretudo nas áreas florestais mais afetadas pelos incêndios nos últimos 10 anos, onde também se verifica que a recorrência é maior, tal como em áreas onde se pretende promover o cumprimento da Rede Primária definida pelo Programa Regional de Ação Norte (PRA-N):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustível identificadas em sede de elaboração do Programa Sub-Regional de Ação (PSA) do Alto Minho; - Faixas de Gestão de Combustível (FGC) da Rede Secundária consideradas tendo por base as existentes no PMDFCI e as propostas na elaboração deste programa; - Áreas de influência dos pontos de abertura e dos Planos de Fogo controlado (Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)) previstas nos diversos planos e dos mecanismos de compensação das servidões instituídas previstas. <p>A recuperação das galerias ripícolas e a garantia da função ecológica das cabeceiras de linhas de água foram objeto de uma identificação face a importância destas estruturas, assim como do reflexo que elas devem ter num planeamento que dará origem ao Desenho da Paisagem. A primeira abordagem sustenta-se numa proposta de efetiva alteração de ocupação do solo.</p>

AUTOR	TEMA	PROPOSTA	ONDERAÇÃO
	Aposta como estratégia futura, na reconversão florestal, com foco na substituição de eucalipto e pinheiro-bravo	<p>A reconversão de eucalipto e pinheiro-bravo deve ser avaliada caso a caso, privilegiando a gestão ativa, a compartimentação da paisagem e a diversificação de usos como estratégias mais eficazes e sustentáveis.</p> <p>Se a espécie (qualquer que ela seja) estiver bem localizada em termos de aptidão, e não colidindo com restrições legais, deve ser equacionada em primeira instância a sua manutenção e o apoio à sua gestão junto dos proprietários.</p> <p>Em vez de uma reconversão generalizada baseada na espécie, propõe a Biond que se aposte na:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Gestão Diferenciada por Contexto <ul style="list-style-type: none"> •Manutenção de povoamentos de eucalipto/pinheiro desde que respeitem um Regime de Gestão, de modo a garantir uma ação que vá de encontro aos objetivos do PRGP; •Reconversão apenas em áreas de alto risco (ex: proximidade de aglomerados e zonas de interface já existentes, ou outras situações decorrentes de legislação aplicável) ou ainda onde não há viabilidade técnica ou económica de gestão. b) Promoção de Mosaicos Funcionais <ul style="list-style-type: none"> •Criação de faixas de descontinuidade e zonas tampão com espécies florestais adaptadas (quer sejam outras espécies, quer sejam por mosaico de idades por exemplo no caso do eucalipto). •Integração de usos agrícolas e silvopastoris (em caso de haver agentes económicos com interesse). c) Incentivos à Certificação e à Gestão Agrupada <ul style="list-style-type: none"> •Apoios à certificação florestal e à gestão conjunta (ZIF, OIGP). •Remuneração por serviços dos ecossistemas condicionada à efetiva gestão. <p>Considerar o intervalo de tempo entre a destruição do coberto florestal e a implementação de novo sistema com novas ocupações, com o inevitável impacto no solo (erosão, exposição ao sol, mineralização da matéria orgânica, entre outros), proliferação de invasoras, no regime hídrico, no sequestro de carbono, no próprio rendimento dos proprietários.</p>	<p>É denominador comum do conjunto dos 20 PRGP, o conceito de gestão agregada e ativa da floresta, imediata e alternativa, às ações de transformação ou reconversão que deverão ocorrer progressivamente de acordo com a iniciativa dos proprietários em função da dinâmica que se venha a instalar no território.</p>

AUTOR	TEMA	PROPOSTA	ONDERAÇÃO
	Regulamento da Desflorestação (Regulamento (UE) 2023/1115)	<p>Uma política que promova a substituição de floresta por agricultura ou pastagem pode colocar Portugal numa situação vulnerável, com impactos económicos, legais e ambientais significativos face à evolução na legislação europeia (à data da regulamentação do Programa de Transformação da Paisagem não existia), nomeadamente a aprovação do Regulamento da Desflorestação (Regulamento (UE) 2023/1115). Se Portugal reduzir significativamente a sua área de floresta para dar lugar à agricultura ou pastagem, poderá enfrentar consequências relevantes no âmbito da avaliação de risco prevista pelo mesmo. Este regulamento exige que operadores e comerciantes que colocam produtos no mercado da UE demonstrem que esses produtos não resultam de desflorestação nem de degradação florestal após 31 de dezembro de 2020</p>	<p>Trata-se da criação de descontinuidades e mosaicos de usos que contribuem precisamente para que possa não haver redução da área de floresta através da prevenção estrutural à ocorrência e propagação de fogos rurais.</p>
	Fator declive insuficiente como critério	<p>O declive influencia o comportamento do fogo, mas não determina automaticamente a perigosidade de um povoamento. O que agrava o risco é a continuidade do combustível, a acessibilidade limitada e a ausência de gestão ativa — fatores que podem ser mitigados com boas práticas. Nos declives acima de 25%, ao abrigo da legislação em vigor, os solos podem ser mobilizados e armados em terraços, como medida de instalação de povoamentos permitindo a produção e, minimizando o risco de erosão e como medida de conservação da água.</p>	<p>Garantindo a alínea b) da D.11. as intervenções em zona de encosta, a diretriz que mencionava em particular o declive superior a 25% foi alterada: D12. Qualquer projeto de arborização ou rearborização deve assegurar a manutenção de zonas abertas em mosaico, e a existência de um sistema de gestão de combustível nas seguintes condições:</p> <p>Baseado em atividades como a silvopastorícia e/ou gestão cinegética desde que garantindo encabeçamentos eficazes para a gestão de combustível;</p> <p>Baseado em técnicas de gestão de combustível como o fogo controlado ou a remoção da vegetação;</p> <p>Uma combinação eficaz das alíneas anteriores.</p>
	Regime de gestão	<p>Sugere-se que o programa adote uma abordagem mais flexível e baseada em risco, promovendo a gestão ativa e a valorização dos povoamentos existentes, em vez de impor reconversões generalizadas que podem comprometer a adesão dos proprietários e a viabilidade económica das intervenções. O que não se pode promover é o abandono do território, ou seja, colocar os objetivos do PRGP contra os objetivos do proprietário individual. Sugere-se a preparação de um modelo de regime de gestão por espécie.</p>	<p>O conceito de gestão ativa é comum aos documentos produzidos no conjunto dos 20 PRGP. A adoção da gestão ativa pode ser imediata e alternativa às ações de transformação ou reconversão que deverão ocorrer progressivamente de acordo com a iniciativa dos proprietários em função da dinâmica que se venha a instalar no território.</p>

AUTOR	TEMA	PROPOSTA	ONDERAÇÃO
	Diretrizes	<p>Rever incorporação nos PDM, transposição/aplicação do PROF EDM e SGIFR, e articulação com o RJAAR.</p> <p>D12, por haver enquadramento legal específico para a preparação de terreno e armação em terraços nos declives superiores a 25%, permitindo a gestão dos povoamentos e dos combustíveis, não deixando estas áreas a matos, sem retorno para os proprietários e, portanto, sem investimento e gestão ativa com aumento de áreas percorridas por incêndios e subsequente proliferação de invasoras lenhosas.</p>	<p>No que respeita à regra da LBOTU da vinculação dos particulares em matéria de floresta, os PRGP, como instrumentos programáticos de natureza estratégica, estabelecem orientações e princípios sem o detalhe necessário para a vinculação dos particulares. Como tal, não são identificadas normas de incompatibilidades com os IGT pelo que os PRGP vinculam as entidades da administração e devem orientar os particulares nas suas opções.</p> <p>Sobre a D12 ver resposta sobre o fator declive.</p>
Altriforestal (subscorre a participação da BIOND)	Trabalho na atividade florestal	Caracterização dos proprietários e empresários florestais, que revelaram falta de participação.	A análise detalhada dos perfis dos proprietários e empresários florestais não se enquadra no objetivo deste programa. No entanto, o diagnóstico procede à identificação das entidades com responsabilidades no território em causa.
	Quantificação de invasoras por defeito	Quantificação das espécies invasoras.	A quantificação das espécies invasoras foi realizada com base na cartografia oficial — Carta de Ocupação do Solo de 2018 — que, tal como se confirmou através do trabalho de campo, não reflete a totalidade da sua presença no território. O exercício desenvolvido teve como principal objetivo aferir o potencial de fornecimento dos Serviços de Ecossistema (SE), não estando prevista a comparação entre os potenciais associados a cada espécie florestal. No diagnóstico, destacou-se a relevância dos impactos causados por estas espécies.

AUTOR	TEMA	PROPOSTA	ONDERAÇÃO
	Redução da floresta de produção	<p>Não excluir a possibilidade de gestão dos sistemas de produção em macroestruturas da paisagem coincidentes com REN, RAN ou linhas de água efémeras sem expressão no terreno.</p> <p>Não reduzir a floresta de eucalipto e de pinheiro através do aumento extraordinário de área agrícola e de SAF (uma nova ocupação), em territórios marcados pelo abandono dos campos agrícolas e forte envelhecimento da população.</p>	<p>O incremento dos espaços agrícolas verifica-se com a recuperação de áreas com elevado potencial para agricultura, Reserva Agrícola Nacional (RAN), optando por culturas maioritariamente já presentes no território, de forma a não provocar grandes alterações nos mercados. As SAF propostas resultam da reconversão de florestas de eucalipto, pinheiro bravo, matos e espécies invasoras, mas também da redução de densidades em florestas onde se pretende o incremento de áreas de pastagens. Esta opção verifica-se em áreas coincidentes com RAN e ER, que se localizam maioritariamente junto aos aglomerados populacionais.</p> <p>A gestão florestal associada deverá estar sustentada num mosaico cultural que para além das áreas agrícolas, incorpore os produtos não lenhosos decorrentes da gestão do espaço florestal.</p>
	Áreas e Ações Prioritárias	<p>O esforço deve ser canalizado para o que na realidade é problema: abandono, falta de gestão com a consequente proliferação de invasoras, o que requer:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificação de áreas abandonadas ou sem gestão e criar mecanismos de recuperação, mantendo ou alterando; - Implementação ajustada das infraestruturas e medidas previstas no SGIFR; - Controlo de invasoras; - Gestão de galerias ripícolas em geral em linhas de água permanentes, criando compartimentação - Envolvimento de proprietários e empresas e técnicos florestais. 	<p>São consideradas ações nas áreas prioritárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Erradicação e controle da propagação de espécies lenhosas invasoras; - Intervenção nas macroestruturas da paisagem – estrutura de conectividade ecológica e estrutura de resiliência. <p>O envolvimento de proprietários, empresas e técnicos florestais, para além do processo participativo ao longo da elaboração do PRGP, será particularmente relevante na sua concretização.</p>
	Diretrizes	<p>Sendo orientações, não devem ser vinculativas na transposição para PDM e vinculação do Programa a particulares por via da vinculação da administração pública.</p> <p>D1, D2, D3, D5 não podem ser transpostas de forma genérica impedindo a futura renovação e gestão florestal.</p> <p>D12 não se ajusta aos projetos RJAAR, com enquadramento legal específico para a preparação de terreno e armação em terraços nos declives superiores a 25%, permitindo a gestão dos povoamentos e dos combustíveis.</p>	<p>No que respeita à regra da LBOTU da vinculação dos particulares em matéria de floresta, os PRGP como instrumento programático de natureza estratégica, estabelecem orientações e princípios sem o detalhe necessário para essa vinculação que ocorre através dos instrumentos da administração.</p> <p>Não sendo identificadas normas de incompatibilidades com os IGT, os PRGP vinculam as entidades da administração e devem orientar os particulares nas suas opções. Os avisos específicos para financiamento de ações privilegiarão opções alinhadas com os PRGP.</p> <p>O quadro legal respeitante às arborizações não está limitado pelas diretrizes orientadoras.</p>

AUTOR	TEMA	PROPOSTA	ONDERAÇÃO
Navigator Forest Portugal (subscreve a participação da BIOND)	Áreas das AIGP	Não é claro o tratamento dado a esta situação. Existem alguns valores de áreas apresentados que são estimativas grosseiras, o que atendendo ao impacto das ações de transformação na paisagem deveriam ter tido uma avaliação mais cuidada.	As AIGP com OIGP aprovadas são sinalizadas como áreas em que os projetos de intervenção contribuem de forma particular para os objetivos do PRGP, sendo o respetivo detalhe e escala de abordagem do âmbito de cada uma das OIGP.
	Participação Pública e envolvimento dos atores locais	Existem entidades que gerem importantes ativos florestais na área de implementação do PRGP, que não foram auscultados nalgumas fases do processo de participação, o que consideramos uma falha grave.	Existiram dois momentos de auscultação para promover o envolvimento dos proprietários e dos agentes intervenientes onde foram apresentados o cenário de referência atual e a proposta preliminar de desenho da paisagem para este território. Apesar dos esforços desenvolvidos, não houve participação relevante dos proprietários privados.
	Redução dos povoamentos de eucalipto e pinheiro-bravo	Nos processos de transformação que incidam em povoamentos florestais, estando a espécie (qualquer que ela seja) bem localizada em termos de aptidão, e não colidindo com restrições legais que possam eventualmente existir no território (por exemplo: estar localizada em Rede Primária), deve ser equacionada em primeira instância a sua manutenção e o apoio à sua gestão junto dos proprietários. A disponibilidade de matéria-prima começa a ser crítica para a indústria de Pasta e Papel cujas empresas serão atores relevantes nesta mudança com a gestão ativa da floresta (e que pode assentar por exemplo no uso da mesma espécie, mas conduzida em mosaicos temporais distintos). O declive do terreno não pode determinar as funções ou a ocupação do solo, em termos de espécies. Nos declives acima de 25%, ao abrigo da legislação em vigor, os solos podem ser mobilizados e armados em terraços, como medida de instalação de povoamentos permitindo a produção e, minimizando o risco de erosão e como medida de conservação da água.	A opção ao nível da transformação da paisagem incidiu sobretudo nas áreas florestais mais afetadas pelos incêndios nos últimos 10 anos e onde também se verifica que a recorrência é maior.

AUTOR	TEMA	PROPOSTA	ONDERAÇÃO
	Diretrizes	<p>A diretriz D.12 deverá ser revista por impossibilitar a rearborização de muitas áreas. O modelo proposto tem de ser repensado, ao nível das zonas abertas e da gestão proposta para estas áreas, de modo a evitar que estas se transformem em vetores de propagação de incêndios. Por outro lado, deverão ser acautelados e avaliados os efeitos destas nas áreas em zonas declivosas ao nível da erosão solo. Este modelo de Matriz seja substituído por Regimes de Gestão, por espécie ou ocupação florestal, não impossibilitando a produção onde ela existe ou onde se pode desenvolver.</p>	O quadro legal respeitante às arborizações não está limitado pelas diretrizes orientadoras.
Centro Pinus	Redução da área de pinheiro-bravo 90% face à área anterior a 2017.	<p>Centro PINUS como ator nacional, advoga a compatibilização de alterações na paisagem com o fornecimento sustentado de madeira e resina às empresas da Fileira do Pinho, bem como com a oferta de serviços dos ecossistemas à sociedade. Essa mudança, em determinadas circunstâncias, poderá envolver a redução da área de pinheiro-bravo acompanhada pela manutenção ou até pelo aumento da produção de madeira e resina, dado que existe uma margem significativa para ganhos de produtividade através da melhoria da gestão florestal.</p> <p>Cerca de 15 mil hectares resultantes do incêndio de 2017 foram classificados como pinheiro-bravo (28% da AI) cujo revestimento vegetal, resultante de regeneração natural após o incêndio, está praticamente reduzido aos estratos herbáceo e arbustivo. Poderia ter sido estimada a percentagem da área com regeneração natural viável, com base na idade dos povoamentos que arderam.</p> <p>A área preconizada para pinheiro-bravo será de cerca de 2 000 hectares, o que representa uma redução de aproximadamente 90% face à área anterior a 2017 — ou seja, o desaparecimento quase total da espécie no território. A destruição da regeneração natural de pinheiro-bravo sempre que esta se localize em áreas com declives superiores a 25%, é uma opção tecnicamente questionável.</p>	<p>As áreas de conversão do pinheiro bravo em Regime Florestal são em áreas coincidentes com as FGC da Rede Secundária. Foi previsto nos distintos componentes que compõem o PRGP que, verificando-se a existência de uma gestão ativa e o cumprimento das orientações e restrições aplicáveis quanto à compatibilidade das ocupações com as infraestruturas DFCI, poderá ser admitida a permanência da ocupação existente.</p> <p>As áreas propostas para redução estão devidamente identificadas, tal como as respetivas estações. Importa ainda referir que, nos diferentes componentes que integram o PRGP, está previsto que, sempre que exista uma gestão ativa e sejam cumpridas as orientações e restrições aplicáveis à compatibilidade das ocupações com as infraestruturas de DFCI, poderá ser admitida a permanência das ocupações existentes</p>
Município de Pedro	Diretrizes	D12 relativamente aos projetos (RJAAR), refere que se "deve assegurar a manutenção de zonas abertas em mosaico, deverá ser adaptada para situações em que a dimensão do terreno	O quadro legal respeitante às arborizações não está limitado pelas diretrizes orientadoras.

AUTOR	TEMA	PROPOSTA	ONDERAÇÃO
	Faixas de Gestão de Combustível	maioritariamente em minifúndio não permite a sua implementação.	
		Deverá haver uma homogeneização dos critérios na execução das FGC, a publicitar em plataformas digitais (periodicidade de execução; tipologia de cortes (rasos ou desbastes), aplicação de produtos fitofarmacêuticos). Contabilizar no Programa de monitorização a área das faixas de gestão de combustível em torno dos aglomerados populacionais executada e da restante rede secundária.	Os critérios de execução das FGC são do âmbito das entidades competentes. A área das faixas de gestão de combustível em torno dos aglomerados populacionais executada e da restante rede secundária será devidamente monitorizada.
	Financiamentos	Considerar financiamentos aos Municípios para manutenção dos condomínios de aldeia e para implementação da rede secundária de faixas de gestão de combustíveis. Os apoios financeiros para a redução de invasoras, devem ser flexíveis na medida em que as áreas identificadas não correspondem à realidade. Poderia ser considerado um apoio para a catalogação das acácas, hakeas, identificadas pelos Municípios, de forma a completar a informação do presente Programa. Os projetos deverão considerar investimentos plurianuais, que permitam a manutenção dos mesmos, como por exemplo nas galerias ripícolas. No caso das ZIF que não tenham sido convertidas em AIGP, deve prever-se uma majoração nos apoios financeiros, incentivando a sua ação no terreno com vista à transformação progressiva da paisagem e à gestão integrada.	A medida condomínio de aldeia é uma das componentes do Programa de Transformação da Paisagem, não revestindo o caráter de medida de planeamento como os PRGP e as OIGP. A concretização das ações como intervenções de erradicação ou controle das espécies invasoras será previsivelmente efetivada através da abertura de avisos a que poderão responder as áreas em que efetivamente ocorra a sua presença. As entidades gestoras de ZIF são elegíveis para ações de gestão ativa e agregada de avisos específicos para a transformação e manutenção da paisagem.
	Possibilidade de permuta de terrenos ocupados por eucalipto (mais incertezas)	Se um proprietário tem eucaliptos em áreas prioritárias ou estratégicas, mas tem e os arrancar, que lhe seja permitido passar essa área para outro terreno que não seja prioritário/estratégico	A gestão agregada permite a reorganização em função do desenho da paisagem que congregam as melhores opções resultantes da conjugação dos três grandes objetivos – diminuição da vulnerabilidade, aumento da resiliência aos fogos rurais, melhor desempenho dos serviços dos ecossistemas e dinamização da economia rural.

AUTOR	TEMA	PROPOSTA	ONDERAÇÃO
José Pacheco	Falta de gestão florestal	<p>Aproveitamento Estratégico das Vias de Comunicação: investir ativamente na limpeza e gestão das faixas de combustível ao longo das vias de comunicação entre as populações. Estas faixas devem ser imediatamente aproveitadas para reflorestação com espécies folhosas, resistentes ao fogo (como carvalhos, castanheiros e outras árvores protetoras de incêndios). Para além de criarem barreiras eficazes à propagação do fogo, estas zonas permitirão a circulação segura e a fuga das pessoas em caso de necessidade, servindo duplamente como medida de proteção civil e de valorização paisagística.</p> <p>Criação Ativa de Aldeias Mosaico: embora reconhecendo a importância dos incentivos à agricultura e pastorícia, e a dependência da vontade dos habitantes, não podemos esperar apenas por iniciativas individuais para cuidar e criar valor no território. É fundamental que o programa preveja e execute a criação proactiva destes espaços de mosaico em torno das aldeias, mesmo que em áreas públicas ou com acordos de gestão com proprietários, de forma a garantir a sua implementação independentemente de ritmos ou vontades individuais. Ao priorizar estas ações e ao reforçar a ligação entre a reflorestação e o desenvolvimento socioeconómico, o PRGP-SLA terá um impacto muito mais significativo e duradouro na resiliência e prosperidade das Serras da Lousã e do Açor.</p>	<p>A gestão florestal, designadamente a as faixas de combustível ao longo das vias de comunicação entre as populações e a resultante da criação de espaços de mosaico em torno das aldeias, mesmo que em áreas públicas ou com acordos de gestão com proprietários, está refletida nas opções constantes da Estrutura de Resiliência e da Estrutura de Conetividade ecológica, consideradas áreas prioritárias de intervenção.</p>

RESULTADO DA PONDERAÇÃO

Após análise das participações recebidas, foi dada boa nota dos seus conteúdos e reflexões, esclarecidas as matérias que suscitaram dúvidas e ponderadas as propostas de alteração consideradas pertinentes, tendo em conta os conceitos e princípios que estão na base do Programa de Transformação da Paisagem e vão ao encontro do conjunto de medidas que visam tornar a floresta mais sustentável, produtiva e preparada para enfrentar os desafios das próximas décadas de acordo com o Plano de Intervenção para a Floresta 2025 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 130-B/2024, de 27 de setembro).